



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE A FREQUÊNCIA DE ESTUDANTES
VINCULADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DISTRITO FEDERAL
2014 – 2017

Aluno: Jales Renan Silva Reis
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Cristina Yannoulas

BRASÍLIA
Novembro de 2018

Jales Renan Silva Reis

**Evasão escolar: Uma análise sobre a frequência de
estudantes vinculados ao Programa Bolsa Família
no Distrito Federal 2014 – 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de título de graduação em Serviço Social, pela Universidade de Brasília – UnB, com orientação da Professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

**BRASÍLIA,
Novembro de 2018**

Jales Renan Silva Reis

**Evasão escolar: Uma análise sobre a frequência de
estudantes vinculados ao Programa Bolsa Família
do Distrito Federal 2014 – 2017.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi defendido em
30/11/2018 perante a banca examinadora:

Prof.^a Dra. Silvia Cristina Yannoulas – Orientadora

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Prof.^a Dra. Rosalina Rodrigues Vieira

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF

Prof.^a Dra. Karen Santana de Almeida Vieira

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

RESUMO

O presente estudo analisa os fatores que levaram estudantes de 6 a 17 anos de idade, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), entre os anos de 2014 a 2017, a configurarem a estatística de alunos com baixa frequência escolar, caracterizando o descumprimento das condicionalidades exigidas para a manutenção do benefício garantido mensalmente às famílias cadastradas na região do Distrito Federal e de que forma o Serviço Social na educação pode contribuir no processo interventivo para redução dos índices destacados. Aponta também as estatísticas das condicionalidades que não configuram o descumprimento, a fim de problematizar a evasão escolar à luz da aplicabilidade das políticas públicas existentes sobre o assunto. Apresenta a relação entre o Serviço Social e a Educação no que diz respeito às formas que o Assistente Social pode contribuir para a redução de índices de evasão e fracasso escolar, fortalecendo o elo entre as famílias e a escola. Para isso, analisa dados estatísticos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) referentes ao acompanhamento realizado e registrado bimestralmente pelas escolas, gerando um banco de dados anual sobre os motivos da baixa frequência escolar com suas respectivas subcategorias. Conclui que as hipóteses iniciais referentes ao motivo da baixa frequência dos estudantes foram parcialmente refutadas, pois não haveria uma hipótese mais evidente e sim um conjunto de elementos decisivos quanto à questão, por ser a relação entre pobreza e educação multideterminada. Além disso, sobreleva o fato que a condicionalidade existente para o recebimento do benefício pelas famílias não garante efetivamente a permanência do estudante na escola, uma vez que os motivos trazidos pela análise são, em suma, representados por um conjunto de fatores sociais. Por fim, aponta fundamentos que merecem ser observados por órgãos responsáveis no acompanhamento das estatísticas, pelas famílias e demais setores relacionados à implementação de políticas públicas que visem a melhoria dos índices analisados, destacando o papel do Serviço Social nessa área.

Palavras Chaves: Desigualdade Social. Evasão Escolar. Frequência Escolar. Pobreza. Política de Assistência Social. Política Educacional. Política Social. Programa Bolsa Família. Serviço Social.

ABSTRACT

The present study analyzes the factors that led students from 6 to 17 years old, beneficiaries of the Bolsa Familia Program (PBF), between the years 2014 to 2017, to configure the statistics of students with low school attendance, characterizing the noncompliance with conditionalities required for the maintenance of the monthly guaranteed benefit to families registered in the Federal District and how Social Service in education can contribute to the intervention process to reduce the outstanding indices. It also points out the statistics of conditionalities that do not constitute noncompliance, in order to problematize school dropout in light of the applicability of existing Public Policies on the subject. It presents the relationship between Social Work and Education in terms of ways that the Social Worker can contribute to the reduction of dropout rates and school failure, strengthening the link between families and school. For that, it analyzes statistical data made available by the State Department of Education of the Federal District (SEEDF) regarding the monitoring carried out and registered bimonthly by the schools, generating an annual database on the reasons of low school attendance with their respective subcategories. It concludes that the initial hypotheses regarding the reason for the students' low attendance were partially refuted, since there would be no more evident hypothesis but a set of decisive elements on the question, since it is the relation between poverty and multidetermined education. Moreover, it surprises the fact that the existing conditionality for the receipt of the benefit by the families does not effectively guarantee the permanence of the student in the school, since the motives brought by the analysis are, in short, represented by a set of social factors. Finally, it points out the fundamentals that deserve to be observed by agencies responsible for the monitoring of statistics, by families and other sectors related to the implementation of Public Policies aimed at improving the indexes analyzed, highlighting the role of Social Service in this area.

Key Words: Social Inequality. School Evasion. School Attendance. Poverty. Social Assistance Policy. Educational politics. Social Policy. Family Grant Program. Social Service.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de beneficiários PBF - Faixa etária: 6 a 15 anos de idade (BFA):.....	31
Gráfico 2: Quantitativo anual de subcategorias do motivo "Situação de rua":.....	38
Gráfico 3: Quantitativo de beneficiários BFA e BVJ: Brasília/DF, 2014 – 2017.	46
Gráfico 4: Quantitativo de registros de Gravidez: Brasília/DF, 2014 – 2017.	49
Gráfico 5: Nascidos Vivos - Distrito Federal com idade materna entre 15 a 19 anos: Brasília/DF, 2014 – 2016.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de registros dos motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (BFA): Brasília/DF, 2014 – 2017.....	32
Tabela 2: Quantitativo de registros dos motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (BVJ): Brasília/DF, 2014 – 2017.	45
Tabela 3: Quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (BFA): Brasília/DF, 2014 – 2017.....	57
Tabela 4: Quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (BVJ): Brasília/DF, 2014 – 2017.	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BFA – Bolsa Família (Sistema Presença)

BVJ – Benefício Variável Jovem (Sistema Presença)

Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DASIS – Departamento de Análise de Situação de Saúde

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DECON – Departamento de Condicionalidades

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística

IH – Instituto de Ciências Humanas

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SER – Serviço Social

Sicon – Sistema de Condicionalidades

SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UnB – Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA	15
REFERENCIAL TEÓRICO	21
Política Educacional	21
Evasão escolar	22
Política de Assistência Social	25
Programa Bolsa Família (PBF)	26
Frequência escolar.....	28
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	31
Motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício	31
Motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

O Serviço Social ao longo do tempo passou por diversas transformações. Como objeto do meio, infere-se que as demandas sociais refletiam diretamente o recorte histórico em que a sociedade vivia. Atualmente, em via de regra, a lógica de reflexo social segue a mesma tendência, à medida em que a sociedade adquire novas exigências, necessidades e contextos. O Serviço Social então, assim como outras áreas, encontra-se em um constante processo de reinventar-se conforme a demanda social da realidade existente. Neste contexto, o debruço sobre as políticas sociais carece de ser trabalhado de maneira conjunta e associada com outros campos de estudo, especialmente o educacional quando a relação entre educação e pobreza é avocada. Trata-se de sublinhar a importância da intersetorialidade e a multiprofissionalidade para a execução de políticas sociais, especialmente as de assistência social e as de educação.

Desde os anos 90, as bases sócio históricas da função pedagógica do Assistente Social na sociedade brasileira vêm sendo tencionadas. As lutas que foram travadas neste período corresponderam à crise do capital e à reestruturação. Essa crise reinsere o Brasil na “nova” ordem capitalista, que tem como ponto essencial a ser destacado a crescente precarização das classes subalternas. Iamamoto (2010) sugere duas premissas básicas a este respeito. A primeira delas é de que as mudanças na função pedagógica do Assistente Social vinculam-se às modalidades de enfrentamento político cultural travadas pelas classes sociais na luta pela hegemonia. A segunda diz respeito à noção mediante a qual esse contraditório movimento político-cultural desenvolvido pelas classes sociais requisita um conjunto de intervenções sócio institucionais na perspectiva de instauração de uma nova cultura, baseada em um princípio educativo, traduzido em determinado tipo de conformismo social.

Tendo a possibilidade de superação pelas classes subalternas, do conformismo que é imposto pela nova organização capitalista, são demarcadas tendências pedagógicas da prática do Assistente Social. Essas possibilidades, de acordo com Gramsci (1982), apontam para a organização de uma nova cultura citada pelas classes. Essa iniciativa é contrária às iniciativas da classe dominante, que são direcionadas para uma nova versão do conformismo, que objetiva a substituição da integração “mecânica”, pela “orgânica” do trabalhador. As lutas da classe trabalhadora foram sufocadas e os movimentos sindicais enfraquecidos, perante a fragmentação que ocorreu no processo de reestruturação produtiva.

Neste sentido, este trabalho surge a partir de questionamentos pessoais acerca das relações que podem ser estabelecidas entre a Educação e o Serviço Social. Buscou-se o enfoque no

âmbito educacional no sentido das contribuições que o Serviço Social pode pautar-se quando o assunto é a evasão e o fracasso escolar no Distrito Federal, concentrando a análise nos estudantes que são vinculados ao Programa Bolsa Família (PBF) e que possuem o condicionante da frequência escolar como fator fundamental para continuidade do recebimento do benefício.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o descumprimento das condicionalidades¹ é um fato corrente que gera efeitos gradativos que variam entre advertência, (no primeiro registro de descumprimento); bloqueio por um mês (no segundo registro de descumprimento); suspensão por dois meses (a partir do terceiro descumprimento) e cancelamento do benefício concedido em defluência simultaneamente de:

- I - a família estiver na fase de suspensão;
- II - o acompanhamento desta família estiver ativo e registrado no Sistema de Condicionalidades -Sicon; e
- III -se após 12 (doze meses), contados do dia em que simultaneamente tenham começado a vigorar as condições previstas nos incisos I e II, a família apresentar novo descumprimento, com efeito no benefício no primeiro período de acompanhamento de condicionalidade posterior. (Portaria N° 251, de 12 de dezembro de 2012. MDS)

Observa-se que tais efeitos sinalizam que possivelmente as famílias não estão acessando um dos direitos básicos que é a educação por conta de determinadas condicionalidades existentes no programa que assumem caráter compensatório e, por isso, o acompanhamento da escola em diálogo constante com a família deve ser primordial neste momento, a fim de investigar juntas as causas e soluções do não cumprimento.

Desta forma, esta pesquisa se situa na área de pesquisas que versam sobre as condicionalidades existentes do PBF na área da educação e sua relação com a Assistência Social. Trata-se, portanto, de uma contiguidade nos estudos acerca do tema onde o problema de pesquisa apresentado é: O que os documentos oficiais (Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF) estabelecem como fatores determinantes das taxas de frequência escolar abaixo da mínima dos estudantes de 6 a 17 anos de idade durante o período de 2014 e 2017 (entre os meses de fevereiro a novembro) vinculados ao PBF no Distrito Federal?

Inicialmente, o enfoque em tal perspectiva foi de analisar os dados quantitativos dos índices de acompanhamento realizado pelas escolas, disponibilizados pela Secretaria de Estado

¹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria N° 251, de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS n° 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/_doc/portarias/2012/Portaria%20no%20251%2012%20de%20dezembro%20de%202012.pdf>. Acesso: 14/10/2018.

de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que se refere ao Sistema Presença/MEC, além de materiais organizados por órgãos como Sistema de Condicionalidades (SICON) – Departamento de Condicionalidades (DECON) – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/MDS (Senarc) em integração com o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF – Ministério da Educação (MEC) no intuito de compilar os registros relativos à evasão escolar, seus motivos aparentes, suas interpretações, demandas e cenário social colocado quando se pensa nas alternativas que podem ser adotadas para que a realidade apontada pelos índices seja superada fundamentalmente de maneira crítica e satisfatória. Os anos analisados são para efeito comparativo, no sentido de esmiuçar as tendências e estatísticas ao longo dos períodos, identificando os elementos que mais se evidenciam, que mais se repetem e continuam se reproduzindo.

Como inicial e subjetiva hipótese para o questionamento, dois fatores mereceram destaque. O primeiro deveu-se ao fato da separação etária entre estudantes de 6 a 15 anos de idade (Ensino Fundamental), onde a hipótese central se debruçou sobre as precariedades do transporte público, que por vezes inviabilizaria a chegada dos estudantes até as unidades de ensino. O segundo fator refere-se aos estudantes entre 16 e 17 anos de idade, que trouxe a hipótese de evasão ligada à necessidade do estudante em auxiliar na composição da renda familiar, sendo necessário que o mesmo se insira no mercado de trabalho por necessidade financeira.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar os motivos que levaram os estudantes vinculados ao PBF no Distrito Federal a apresentarem frequência escolar abaixo da mínima, explorando dados estatísticos colhidos entre os anos de 2014 a 2017 para efeitos históricos comparativos de análise. Além disso, fez-se necessário o aprofundamento do objetivo central exposto e por isso, destacou-se como objetivos específicos: (a) Analisar os principais motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício e dialogar os resultados com a proposta trazida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no sentido de inserção deste profissional na educação; (b) Observar os principais motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício, mas que possuem representatividade nos índices de baixa frequência dos estudantes e dialogar os resultados com o Serviço Social; (c) Avaliar criticamente as implicações do PBF no contexto educacional em relação ao fato de a frequência ser um condicionante para o recebimento do benefício e (d) Refletir os resultados da análise com os desafios atuais da viabilização de políticas públicas. Adotou-se como método o instrumento de análise documental, baseado em Cellard (2012), que sugere que a análise seja

dotada de interpretações concisas, pois o pesquisador encontra-se fora dos acontecimentos analisados, não podendo este interferir subjetivamente nos dados apresentados. O critério de escolha dos anos pesquisados se deu pelo desejo de se comparar os dados e as estatísticas historicamente mais recentes disponíveis e assim contrapor os resultados encontrados. Foram impressas 170 (cento e setenta) páginas de motivos de baixa frequência escolar relacionadas aos anos investigados para que em seguida os dados pudessem ser compilados em tabelas resumidas e assim fosse possível e viável a realização da pesquisa. A organização e análise dos documentos foi iniciada em meados de abril de 2018, se estendendo até meados de outubro do mesmo ano. O acesso aos dados se deu pelo contato com o setor responsável na SEEDF pela coleta dos dados da frequência dos estudantes vinculados ao PBF.

Apurar os dados que se referem aos motivos da baixa frequência escolar de estudantes vinculados ao PBF no Distrito Federal propiciou elencar as questões sociais que se encontram por detrás do fenômeno estudado, percebendo a escola como peça chave na contribuição pela qualidade de vida dos alunos quando a relação com a família é diária e contínua.

No que tange aos procedimentos adotados durante a análise dos conteúdos reunidos nos documentos, foi realizada uma apuração cuidadosa dos dados quantitativos em tabelas por meio de um processo metodológico de análise de conteúdo em que Moraes (1977, p. 2) nos contribui que se trata de

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

[...] Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar.

Neste trabalho especificamente, a análise de conteúdo se debruçou criticamente sobre as características sociais que podem ser extraídas dos resultados encontrados nos documentos, considerando que as políticas públicas devem estar em constante reestruturação, caminhando ao lado das transformações que a sociedade atravessa ao longo do tempo e tendo a participação popular como essência da sua caracterização e construção. Desta forma, caminhar sobre a esfera acerca da vida social de pessoas que se encontram em situação de pobreza não seria uma tarefa simples e, por isso, o afinco nas considerações expostas foi, essencialmente, cuidadoso.

METODOLOGIA

A utilização de metodologias de pesquisas qualitativas no campo do Serviço Social se faz cada vez mais presente. Ter como objeto de estudo a sociedade e as relações desta com os sujeitos implica necessariamente em aprofundar-se nas questões paradigmáticas que historicamente ocorrem quando a relação entre o Estado e a sociedade é observada de maneira crítica.

Desta forma, utilizou-se das ferramentas da pesquisa qualitativa como método mais geral a ser utilizado no trabalho. Creswell (2010, p. 43) estabelece que uma abordagem qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Concomitantemente, buscou-se interpretar e compreender os fatos que se fazem presentes dentro da realidade social dos alunos beneficiados pelo PBF na ótica da evasão escolar. Neste sentido, Marconi & Lakatos (1996) explicam que a abordagem qualitativa

[...] se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

Quanto aos procedimentos, é crucial que para a confirmação ou refutação das hipóteses fossem observados e analisados os fenômenos históricos da baixa frequência dos estudantes, por meio dos materiais estatísticos colhidos durante a realização da pesquisa. Neste estudo, para que o problema de pesquisa fosse estudado de maneira crítica e satisfatória, o debruço sobre dados relacionados ao objeto foi crucial, tendo como referência os documentos disponibilizados. A partir dos elementos compilados e demais análises documentais, partiu-se para o momento de organização e análise dos dados, categorização e síntese dos resultados obtidos para então explanação da essência do fenômeno estudado.

GAIO *et al* (2009, p. 2) muito contribui acerca da importância de se analisar determinado período no tempo para que se tenha uma compreensão dos acontecimentos. Observa-se a evolução do objeto de estudo através da linha do tempo definida: dados relacionados aos motivos da baixa frequência de estudantes entre 6 e 17 anos de idade durante o período de 2014 a 2017 (entre os meses de fevereiro a novembro) vinculados ao PBF no Distrito Federal. Tal evolução se justifica para que, a níveis comparativos, a frequência dos acontecimentos seja observada de um ano para outro, identificando assim elementos que possam ser aperfeiçoados,

mas que estão se repetindo no decorrer do tempo. Por conseguinte, o método a ser utilizado faz-se de extrema importância, uma vez que guiará a maneira como a análise será realizada.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO *et al*, 2008 p.148).

Tomando como base o fato da pesquisa documental muito se assemelhar com a pesquisa bibliográfica, é interessante pontuar que as duas possuem o documento como objeto de sua investigação e este não necessariamente deve ser escrito e/ou impresso SÁ-SILVA *et al* (2009, p. 5). Além disso, a pesquisa documental possui um caráter de análise dos conteúdos que ainda não foram tratados ou interpretados, sendo prematuros para a análise, enquanto a pesquisa bibliográfica reúnem-se autores e obras que tratam do assunto para compor e enriquecer a análise a ser desenvolvida.

Desta forma, a ritualística necessária para compor a análise de documentos requer preparo. Por parte do pesquisador, faz-se necessário entender que os dados apresentados não serão modificados, alterados ou desconsiderados. São históricos. É impossível transmutar um documento, porém é necessário transformar seus resultados em ações futuras de qualidade e que visem a melhoria de determinados fatos.

Neste sentido, traça-se as contribuições de Cellard (2012), que divide a análise documental de maneira crítica em cinco etapas. Inicialmente, faz-se um exame do contexto social global no qual os dados estão inseridos; atenta-se para o autor ou autores a fim de atestar a credibilidade da fonte; prima pela autenticidade e confiabilidade com o propósito de eliminar a possibilidade de os dados estarem impregnados com juízos de valor ou subjetividade que possam fantasiar os elementos trazidos; prepondera-se a natureza do texto no sentido de compreensão por parte do pesquisador dos termos trazidos, tomando cautela com seus significados e sobreleva a análise documental para a compreensão dos fenômenos trazidos.

Buscando tais elementos como base inicial, os documentos analisados neste estudo foram principalmente as fontes disponibilizadas pela SEEDF em diálogo com o setor que trabalha no acompanhamento das taxas de evasão dos estudantes e que se mostrou interessado nos resultados da pesquisa e sempre disponível para auxiliar nas fontes necessárias e possíveis, além de fontes alternativas/necessárias que durante o decorrer da pesquisa se fizeram presentes e viáveis para o alcance dos objetivos propostos.

Os dados do Sistema Presença/MEC e Sicon/MDS disponibilizados pela SEEDF sobre os motivos da baixa frequência escolar dos beneficiários do PBF encontram-se organizados em tabelas e são referentes aos anos de 2014 a 2017. Inicialmente, as mesmas foram simplificadas, contabilizando o quantitativo de registros referentes aos anos mencionados para efeitos de análise. As tabelas se dividem em dois grandes eixos: motivos que caracterizam o descumprimento, representados por elementos que acarretam na suspensão do benefício e motivos que não caracterizam o descumprimento, representados por elementos que não acarretam na suspensão do benefício, mas que também foram analisados *a posteriori*, pois representam os registros dos estudantes que compõem a baixa frequência na escola. Os motivos que caracterizam o descumprimento são representados por 15 (quinze) categorias, preenchidas pelas unidades escolares com suas respectivas subcategorias²:

1. **Motivo não informado**³, com subcategoria “Não se aplica”;
2. **Participação em jogos estudantis**, com subcategoria “Não é considerada como atividade escolar”;
3. **Gravidez**, com subcategoria “Não é gravidez de risco”;
4. **Situação de rua**, com as subcategorias “A escola sabe que o aluno tem proteção social” e “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”;
5. **Negligência dos pais ou responsáveis**, com as subcategorias “A escola examinou a questão com as famílias” e “A escola não abordou essa questão com as famílias”;
6. **Trabalho infantil**, com as subcategorias “A escola sabe que o aluno tem proteção social” e “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”;
7. **Motivo da baixa frequência não informado**, com as subcategorias “A escola não procurou saber o motivo”, “A família não informou o motivo”, “A escola não informou o motivo” e “Não foi identificado motivo adequado nesta tabela”;
8. **Trabalho do jovem**, com as subcategorias “Emprego formal (a partir dos 16 anos)”, “Estagiário sem vínculo empregatício” e “Trabalho informal”;

² Podem existir outras subcategorias que não foram observadas durante a análise, pois não foram registradas nas tabelas originais, o que dificultou elencar todas as subcategorias existentes de uma forma mais precisa. Ressalta-se que a ausência destas subcategorias não influencia nos resultados da análise, pois não apresentam quantitativo e apresentá-las seria com objetivo meramente informativo.

³ Motivo desconsiderado na análise dos dados, pois apresenta como única subcategoria “Não se aplica” e por já haver outro motivo igual cadastrado: “Motivo da baixa frequência não informado”. Não houve representatividade numérica em nenhum dado analisado referente ao motivo mencionado e ficou subentendido que nenhuma escola utilizou este campo no momento do preenchimento da frequência escolar.

9. **Exploração/abuso sexual**, com as subcategorias “A escola sabe que a rede de proteção foi acionada” e “A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada”;
10. **Desinteresse/desmotivação pelos estudos**, com as subcategorias “A escola vem agindo para identificar as causas” e “A escola não tem procurado identificar as causas”;
11. **Abandono/desistência**, com as subcategorias “A escola vem agindo para identificar as causas” e “A escola não tem conseguido agir na situação”;
12. **Questões sociais, educacionais e/ou familiares**, com as subcategorias “Separação dos pais”, “Necessidade de cuidar de familiares”, “Viagem com a família”; “Falta de uniforme/calçado/roupa adequada”; “Pais sem domínio dos filhos”; e “Família desconhece as faltas da criança às aulas”.
13. **Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais**, com as subcategorias “A escola sabe que houve encaminhamento” e “A escola não sabe se houve encaminhamento”;
14. **Violência doméstica** com as subcategorias “A escola sabe que a criança já foi encaminhada” e “A escola não sabe se a criança foi encaminhada”;
15. **Beneficiário sem vínculo/matricula escolar** com as subcategorias “Resistência da família p/ benef. defic./necess. espec.” e “A pessoa foi encontrada, mas não quer mais estudar”.

Do mesmo modo, os motivos que foram analisados que não caracterizam o descumprimento possuem 14 (quatorze) categorias que são preenchidas pelas unidades escolares com suas respectivas subcategorias:

1. **Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno**, com subcategorias “Doença/problemas físicos”; “Doença/problemas psicológicos/mentais” e “Pós-parto/gravidez de risco/TPM”;
2. **Doença na família/óbito na família/óbito do aluno**, com subcategorias “Óbito do aluno”; “Doença de pessoa da família” e “Óbito de pessoa da família”;
3. **Fatos que impedem o deslocamento/acesso à escola**, com subcategorias “Enchente”; “Falta de transporte”; “Estradas intransitáveis”; “Violência na área onde mora”; “Inexistência de pessoa para levar à escola”; “Grande distância entre a residência e a escola” e “Outro”;
4. **Concluiu o Ensino Médio**, com as subcategorias “Sabe-se que ingressou no Ensino Superior”, “Sabe-se que ingressou em outro curso” e “Não se sabe se houve continuidade nos estudos”;

5. **Suspensão escolar**, com as subcategorias “Com tarefas domiciliares” e “Sem tarefas domiciliares”;
6. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) Semipresencial**, com as subcategorias “Com acompanhamento regular” e “Sem acompanhamento regular”;
7. **Situação coletiva**, com as subcategorias “Férias escolares”; “Greve”; “Calamidade pública”; “Escola sem professor”; “Reforma geral da escola”; “Escola fechada por situação de violência”; “Falta de merenda escolar” e “Outro”;
8. **Participação em jogos estudantis**, com a subcategoria “Considerada atividade escolar”;
9. **Preconceito/Discriminação no ambiente escolar**, com as subcategorias “A escola está agindo” e “A escola ainda não está agindo”;
10. **Questões culturais, étnicas ou religiosas**, com subcategorias “Indígenas”; “Circenses”; “Ciganos”; “Opções religiosas” e “População de rua”;
11. **Violência/Agressividade no ambiente escolar**, com subcategorias “A escola está atuando no enfrentamento da situação” e “A escola ainda não está atuando”;
12. **Questões sociais, educacionais e/ou familiares**, com subcategoria “Aluno com necessidades especiais sem estimulação”;
13. **Gravidez**, com subcategoria “Gravidez de risco”;
14. **Beneficiário sem vínculo/matricula escolar**, com subcategorias “Inexistência de Ensino Fundamental onde mora”; “Inexistência de Ensino Médio onde mora”; “Concluiu ens. Fundamental/EJA, inexistente oferta próx. etapa”; “Beneficiário concluiu o Ensino Médio”; “Inex. acesso escola p/ benef. defic/necess espec.”; “Transferência em andamento/pendente”; “Pessoa falecida” e “Pessoa com dados errados impedindo a identificação”.

Observa-se que analisar tais elementos requer ir além da superfície do fenômeno, mas aprofundar no conteúdo e nas conclusões que podem ser tiradas de tais dados.

[...] os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens [...]. (GERHARDT & SILVEIRA – Orgs. –, 2009 p. 32).

Partiu-se para uma compreensão perscrutada dos dados, inicialmente numéricos e estatísticos, mas que posteriormente, tornaram-se amplos e flexíveis.

As informações contidas no Sistema Presença/MEC, um instrumento inovador que visa o acompanhamento da frequência dos estudantes que são beneficiados pelo PBF, são

disponibilizadas bimestralmente pelas escolas e contém informações referentes aos meses de fevereiro a novembro. (SCHNEIDER, 2017, p. 261).

Como planejamento metodológico da organização inicial dos dados coletados, foram elaboradas 2 (duas) tabelas reduzidas para cada um dos eixos de análise: uma tabela referente aos estudantes entre 6 e 15 anos de idade (BFA)⁴ e outra relacionada aos estudantes de 16 e 17 anos de idade (BVJ)⁵.

Partiu-se então para a interpretação do conteúdo das mesmas, com o foco na frequência em que os motivos aparecem ano a ano e suas possíveis causas potenciais, levando em consideração as relações entre pobreza, educação e sociedade. Fez-se necessário que as interpretações dos dados tabelados confirmassem ou impugnassem a hipótese inicial e, para isso, compreender os elementos mais significativos demonstrados auxiliando no entendimento causa-consequência do problema de pesquisa, onde pensar nas alternativas de reduções significativas dos índices de evasão escolar é atinar a escola como parte de uma conexão entre o aluno, a família e a sociedade, sem caracterizá-la como única suscitadora desse processo.

Salienta-se que não se tratou de uma análise completa e finita. Relações sociais em que o homem se encontra em constante mudança frente às demandas da sociedade sempre serão objeto de estudo das ciências sociais, a fim de caracterizar aspectos históricos, culturais, comportamentais e, principalmente, humanos.

Assim, buscou-se interpretar as dicotomias sociais existentes entre o objeto de estudo e a forma como os fatores externos sociais interferem diretamente no seu cotidiano, no acesso a determinado serviço, no alcance de uma educação de qualidade, no amparo à comunidade em relação aos direitos assegurados, no acesso e permanência do aluno na escola, na diminuição dos índices de fracasso, repetência e evasão escolar que amedrontam não só as unidades educativas na figura da equipe gestores, professores e demais colaboradores, mas a sociedade de modo geral que perde a sua sustentabilidade caso a educação não seja um dos pilares dos incentivos públicos.

⁴ Bolsa Família. No Sistema Presença, a sigla BFA identifica os(as) beneficiários(as) na faixa etária de 6 a 15 anos. Esse conjunto de beneficiários(as) precisa cumprir frequência escolar mínima de 85%. Fonte: Sistema Presença/MEC.

⁵ Benefício Variável Jovem. No Sistema Presença, a sigla BVJ identifica os(as) beneficiários(as) com idade de 16 e 17 anos. Esse conjunto de beneficiários(as) precisa cumprir frequência escolar mínima de 75%. Fonte: Sistema Presença/MEC.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão central que vigora neste trabalho perpassou pela real necessidade de questionamento que o Assistente Social deve ter sobre a realidade social colocada na contemporaneidade. Fatores que permeiam os estudos históricos acerca do tema colocam o profissional diante de tensões, redução de direitos, minimização de benefícios, retrocessos que representam a volúpia do capitalismo.

Netto (1996) aponta que nos anos 90, as transfigurações que fizeram parte da sociedade influenciaram diretamente no mercado de trabalho dos assistentes sociais, fazendo com que se configurasse uma nova necessidade de exercício profissional baseada nas condições de trabalho antagônicas entre iniciativa privada e instituições estatais.

Neste sentido, lidar com tais questões de enfrentamento da realidade em favor de uma sociedade mais justa e igualitária torna-se cada vez mais laborioso, uma vez que as metamorfoses sociais afetam diretamente a maneira da classe trabalhadora se constituir, o que a torna heterogênea e fragmentada. (ANTUNES, 1999).

O referencial teórico está organizado em torno da explicitação de categorias analíticas, que são: política educacional, evasão escolar, política de Assistência Social, Programa Bolsa Família (PBF) e frequência escolar.

Política Educacional

Sabe-se que o termo “educação” é amplo e remete ao aprendizado que vai além do ambiente escolar. Tudo que acontece e que se assimila socialmente (no ambiente familiar, na rua, na escola, etc.) é considerado como educativo, pois o sujeito que aprende é parte de uma sociedade que ensina em todas as suas interações. Deste modo, a escola é – não minimizando sua importância – a materialização física do espaço destinado ao aprendizado formal nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro. (SAVIANI, 2008, p. 1).

O direito à educação está explícito na Constituição Federal no rol dos chamados direitos sociais. É um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento humano e para a garantia dos demais direitos. A educação conta com o princípio da universalidade, ou seja, teoricamente

todos os brasileiros devem receber do Estado, de forma gratuita e impessoal, educação que garanta uma preparação sólida para o exercício da cidadania e exercício profissional, porém, embora o quadro geral esteja melhorando gradativamente, o que se conclui é que a universalização da educação não se efetiva na prática, pois no Brasil, a relação existente entre educação e pobreza perpassa o viés salvacionista, onde “a escola ‘salva’ o pobre, enquanto sua ausência comprova a condição de ser pobre” (SILVA, 2016, p.111).

Tomando como base tal perspectiva e a necessidade de atuação profissional constante e periódica, centra-se inicialmente a possibilidade de atuação profissional no âmbito da educação trazida pelo CFESS (2001), a fim de contribuir de modo satisfatório com os sujeitos escolares para a garantia da permanência dos estudantes na escola pública pois a contradição presente em todas as áreas de atuação dos assistentes sociais aparece também na educação. Faz parte das diretrizes da profissão a análise na perspectiva de totalidade, não abordando a reprodução social de forma descontextualizada.

A consciência crítica e o amadurecimento do Serviço Social no Brasil demonstram a necessidade do fazer crítico profissional, baseado no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (SOUZA, 2009). Desta forma, o Assistente Social necessita vislumbrar a instituição educativa não como ilha, mas como parte fundamental de uma sociabilidade composta também pela escola.

É preciso pensar a relação entre Educação e Serviço Social para além da sua dimensão escolar, tendo como horizonte a ampla, contraditória e múltipla determinação da política educacional. Ou seja, mesmo salientando o papel relevante que a instituição escolar detém é necessário evitar um olhar circunscrito apenas à instituição escolar, desenvolver uma perspectiva totalizante no campo da política educacional, entendida como um direito social fruto de lutas históricas e alvo de crescentes desconstruções pela lógica do capital. (YANNOULAS, 2013, p.11).

Evasão escolar

O termo *evasão* pode ser compreendido como “o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar.” (RIFFEL & MALACARNE, 2010 p. 1). Quando a evasão é escolar, entende-se que aquele(a) que abandona os estudos, o faz por necessidade de realização de outro ofício. A expressão foi designada a fim de se distinguir do termo *abandono*, definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998) como o ato do aluno desligar-se da escola, mas retornar no ano seguinte.

O fato é que no estudo proposto, não se pretende distinguir a fundo termos semelhantes como evasão, abandono e fracasso escolar. O ato de não dar continuidade aos estudos – seja momentâneo ou não – é o foco deste estudo, no sentido de constatar qual(is) é(são) a(s)

essência(s) principal(is) que motiva(m) a ausência do aluno na escola. Desta forma, elenca-se a utilização mais frequente do termo *evasão escolar* por acreditar que o mesmo traz a concepção de ausência do estudante de maneira ampla, tendo os termos semelhantes subentendidos.

Historicamente, o fracasso escolar esteve diretamente relacionado às classes menos favorecidas. Aqueles alunos que se enquadravam nesta realidade tinham mais chances de não progredir nos estudos. Quando Patto (1999) realiza uma pesquisa acerca das origens do fracasso escolar, sustenta que o modo capitalista de compreensão da realizada leva as famílias de baixa renda a serem “dominadas” pela classe dominante. Os principais fatores que levam as crianças de camadas populares a representarem os índices de evasão e fracasso escolar são – em suma – as suas insatisfatórias condições de vida (precarização e negligência do Estado quanto ao cumprimento da garantia dos direitos básicos previstos em lei); a dificuldade em que a escola pública lida com a subjetividade do aluno pobre (com suas características pessoais) e a falta de conhecimento/preparação dos docentes quanto à forma de lidar com a questão cultural das camadas mais populares. Desta forma, começam a surgir programas de educação que visem “compensar” lacunas e deficiências sociais:

Tais pesquisas confirmam aos educadores a propriedade de sua visão preconceituosa das crianças pobres e de suas famílias, impedindo-os, assim, de olhar para a escola e a sociedade em que vivem com olhos mais críticos. Dizem para o oprimido que a deficiência é dele e lhe prometem uma igualdade de oportunidades impossível através de programas de educação compensatória que já nascem condenados ao fracasso quando partem do pressuposto de que seus destinatários são menos aptos à aprendizagem escolar. Mesmo assim, fazem renascer, com estes programas, a esperança de justiça social, mais uma vez graças ao papel democratizante atribuído à escola compensatória que supostamente reverterá as diferenças ou deficiências culturais e psicológicas de que as classes “menos favorecidas” seriam portadoras. Geram, desta forma, uma nova versão da ideia da escola redentora: será ela que redimirá os pobres, curando-os de suas deficiências psicológicas e culturais consideradas as responsáveis pelo lugar que ocupam na estrutura social. (PATTO, 1999, p. 34).

A evasão escolar, além de amedrontar a proposta pedagógica de qualquer unidade de ensino, também é um fenômeno que tende a perpetuar e reproduzir as condições socioeconômicas vivenciadas pelos alunos, o que necessita ser estudado com o enfoque nas ciências sociais e com o objetivo de dar resposta e desenvolver metodologias para o seu enfrentamento: Trata-se da análise de uma educação que ultrapassa os muros da escola e adentra o social, o familiar, o humano.

No Brasil, relatos históricos apontam que desde 1946, já se discutia acerca do Serviço Social Escolar. Uma das primeiras inserções do Serviço Social na educação ocorreu como serviço de assistência escolar, cujas atividades estavam voltadas para encontrar problemas

sociais que influenciavam no desempenho escolar do estudante. Dentro de uma perspectiva funcionalista, os assistentes sociais, deveriam intervir em casos escolares considerados como desvio, defeito ou anormalidade social. (Amaro, 1997, p. 51 *apud* Piana, 2009, p.200)

Com o Movimento de Reconceituação⁶, sob uma perspectiva crítica, o Serviço Social no contexto educacional passa a atuar em novas frentes de trabalho, tentando intervir nas várias expressões sociais que chegam ao ambiente escolar, a exemplo de violência doméstica, dificuldades socioeconômicas das famílias, o uso de drogas ilícitas, crise de valores éticos e morais gerando e refletindo diretamente na indisciplina, baixo rendimento escolar de crianças e adolescentes, evasão escolar e a falta de perspectiva de um futuro educacional". (PIANA, 2009, p. 200).

Desta forma, depreende-se que o Serviço Social na área da educação surgiu para suprir demandas apresentadas pelo sistema, que exclui e provoca desigualdades. Por outro lado, salienta-se que a educação oferecida não tem como objetivo emancipar e dar consciência crítica ao educando para trabalhar sozinho, como diz Mészáros, 2002, p. 45:

[...] Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida [...].

Ou seja, não é interesse das classes dominantes que a massa da população tenha uma educação de qualidade e emancipatória. O interesse é a perpetuação e reprodução das relações sociais já existentes. Nesse cenário, o papel do Assistente Social se torna fundamental e apesar do campo educacional para o profissional do Serviço Social ser bastante rico, ainda não há na legislação brasileira lei consolidada que assegure e garanta o trabalho dos assistentes sociais na área educacional.

⁶ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil simboliza uma total reestruturação e revisão crítica da profissão. Trata-se do momento em que os assistentes sociais passam a indagar-se sobre o papel do Serviço Social frente à estrutura excludente e seletiva do capitalismo. Desta forma, considera-se que é, sem dúvida, um processo de abandono das características “tradicionais” e de enfrentamento do processo de exclusão social.

Por outro lado, expressa-se também os entraves que envolvem tal atuação, pois além de existir uma preocupação estatal clara no que diz respeito de onde extrair o financiamento desses serviços, argumentos contrários relacionam-se ao fato de a necessidade de formação pedagógica para o trabalho nas escolas ser essencial (YANNOULAS, 2017 p. 163).

Política de Assistência Social

A política de Assistência Social é um importante conceito de oportunidade de transmutação da realidade vivida pela população pobre. A todo momento, o trabalhador, o cidadão – a população de modo geral – possuem anseios, necessidades sociais sobre sua realidade que não podem ser abafados ou esquecidos. A política de Assistência Social deve ser interpretada como uma maneira de solução das adversidades, dificuldades, transtornos e aborrecimentos, de modo a tornar público e visível a necessidade de efetivação dos direitos sociais.

Neste sentido, um dos direitos fundamentais do estudante é a permanência e o acesso à educação pública de qualidade. É primordial que se dê importância à forma como a escola dialoga com o social, seus sujeitos, suas famílias e seus alunos. Por sua vez, àqueles que se sentem violados em algum direito devem ter a iniciativa de luta pela melhoria da sua realidade. Um dos elementos centrais neste sentido é a existência de uma equipe cada vez mais multiprofissional no âmbito educacional, que trabalhe de maneira progressiva, competente e idônea na promoção da qualidade do ensino.

Sendo assim, a possibilidade de atuação do Assistente Social no contexto escolar permeia o contato com as famílias, diagnosticando as condições socioeconômicas, culturais, profissionais, a fim de identificar casos específicos relacionados às questões sociais que interferem na aprendizagem e permanência do estudante; estabelecendo elos entre a unidade familiar e o Conselho Tutelar Regional; promovendo cursos de capacitação para pais e professores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e todas as ferramentas de apoio disponíveis para auxílio quanto à questão. Ele também pode atuar na intervenção e prevenção de fatores fundamentais como a evasão e repetência escolar, buscando junto com a escola criar condições favoráveis à aprendizagem e à permanência do estudante.

Assim, o Assistente Social pode auxiliar a promover a participação dos estudantes, estimulando sua inserção em grêmios estudantis, conselhos escolares, promovendo grupo de convivência a partir do foco de interesses como rádio escolar, teatro, música e torneios

esportivos. Ações como estas facilitam a comunicação entre todos, além de aproximarem as pessoas, criando o elo necessário representativo de uma educação acolhedora e democrática.

O CFESS compreende que a inserção dos assistentes sociais na política de educação assim como de outros/as profissionais poderá fortalecer a democratização desse espaço. Assim também, como o envolvimento da categoria profissional nesse debate, na perspectiva do nosso projeto ético político profissional, demonstra o interesse coletivo dos/as assistentes sociais em articular com outros sujeitos coletivos na luta contra a barbárie no capitalismo e, portanto, contribuir para a construção de uma política pública de educação emancipadora, necessária para a materialização de uma outra sociabilidade fundada na liberdade, justiça social, equidade, autonomia e na plena expansão dos indivíduos sociais. (SOUZA *et al*, 2012, p. 257).

O trabalho do Assistente Social na educação, segundo Amaro (1997, p. 81), requer que o mesmo conheça a instituição escola, entenda sua história e se capacite para nela atuar, conquistando-a como campo profissional. A partir disso, pensa-se no aparato ideológico no sentido de contribuir para a gestão, planejamento, avaliação e sugestão de políticas públicas que envolvam a temática.

Tomando como base a ideia de que a sociedade se encontra em constante processo de reinvenção, as políticas públicas, visando articular o diálogo entre o Estado e as demandas sociais, devem, necessariamente, acompanhar este processo, se adaptando às novas exigências e demandas. Neste sentido, Benedito & Menezes (2013, p. 58) nos afirma que política pública pode ser caracterizada como:

[...] Políticas Públicas, em breve definição, trazem a concepção holística da gestão pública sobre problemas sociais setoriais. Melhor explorando, o Estado é reconhecido como o local de reconhecimento, debate e resolução dos problemas existentes em uma determinada sociedade e, a política pública é responsável pela identificação, planejamento e solução destes problemas através de uma ação estratégica que envolva sociedade e Estado [...].

Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF é um programa da política de assistência no Brasil, de transferência de renda que possui condicionalidades. Destaca-se como objetivo central facilitar o acesso das famílias em situação de extrema vulnerabilidade à serviços de educação, saúde e assistência social. No enfoque educacional, frisa-se o caráter não punitivo no que se refere à legislação específica, mas incentivador da proposta no que diz respeito à permanência do estudante na escola. Como princípios norteadores do programa, destacam-se fatores como: (a) Intersetorialidade; (b) Descentralização e (c) Controle Social (BRASIL, 2005, p. 19).

No que tange à intersectorialidade, procura integrar as políticas públicas, requisitando um olhar mais presente do Poder Público sobre a situação das famílias em situação de pobreza.

Acerca da descentralização, busca desburocratizar o acesso ao benefício, onde os recursos são passados diretamente àqueles com direito garantido. O controle social refere-se aos mecanismos existentes de controle das políticas públicas do Estado pela sociedade civil que, em suma, significa a capacidade que a sociedade possui de intervir na formulação, definição, elaboração, fiscalização e avaliação de tais políticas, garantindo assim um elemento básico da democracia.

Constituem como requisitos para o recebimento do benefício: estar cadastrado; manter atualizados os dados na base do Cadastro Único; frequência escolar mínima de 85% das crianças entre 6 e 12 anos de idade e adolescentes de até 15 anos de idade e frequência escolar mínima de 75% dos jovens de 16 e 17 anos de idade. Neste sentido, vale citar a Lei 10.836/04 – PBF que traz:

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008).

Especificamente no presente estudo, será analisado o condicionante existente na relação entre o PBF com a permanência do aluno na escola em termos de indicadores educacionais e quais implicações podem ser trazidas. Analisa-se aqui a condicionalidade educacional, que é a frequência escolar.

Sabe-se que as desigualdades sociais como falta de saneamento básico, desemprego, precariedade na saúde pública, miséria, fome e pobreza são aspectos decorrentes primordialmente da má distribuição de renda. Vive-se uma polarização crescente, onde a concentração da riqueza alcança níveis jamais visto. (CFESS, 2001, p. 9). No Brasil, a herança histórica deixada pela escravidão permeia até hoje. Ter criado uma lei que abolisse a escravidão não significou a inserção social, tampouco o reconhecimento da cidadania para o negro.

Na contemporaneidade, o Estado, que visa “minimizar os efeitos das desigualdades sociais” por meio de leis e programas de governo, trata a consequência e não a essência (causa) da problemática.

A transferência direta de renda, através de programas sociais, deveria integrar um conjunto de ações mais amplas do governo, como uma reforma tributária, por exemplo, com foco não só na redução da pobreza, mas da desigualdade social. Neste

desenho atual, as políticas sociais, sofrem uma desvalorização, até mesmo pela classe trabalhadora, por assumirem de certo modo, um caráter assistencialista, onde, se reforça através desta imagem deturpada pelos governos, usada para controle das massas, a necessidade de práticas fiscalizatórias e punitivas, fator que anda, na contramão dos direitos sociais. Sendo assim, a política social, deixa de cumprir seu papel de parte de um sistema de proteção social, e passa a ser vista, como um conjunto de programas de atendimentos para os mais pobres. (GONÇALVES, 2015, p. 7).

Frequência escolar

No âmbito educacional, o condicionante da frequência escolar exigido para a manutenção do benefício deve ser interpretado como “contrapartida”, mas sem ignorar o fato de que o mesmo não soluciona a extrema pobreza, tampouco os altos índices de evasão escolar, pois estes são fatores que dependem de outros elementos externos mais amplos como localização da unidade escolar, características da comunidade, demandas sociais, qualidade de vida, acesso à informação, dentre outros rudimentos “extraescolares”, que se fazem implícitos na questão (CFESS, 2001, p. 11).

Segundo Zimmermann (2006, p. 153) educação é direito e não pode depender de condicionalidades. Levando em consideração a base de todo direito ser a condição humana, não é aceitável que condicionalidades sejam impostas:

[...] O Bolsa Família impõe determinadas condicionalidades para o provimento do benefício, quais sejam: acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e o acesso à educação alimentar. Sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos. A responsabilidade em garantir o provimento e a qualidade desses serviços aos portadores desses direitos compete aos poderes públicos responsáveis. A obrigação do cumprimento das condicionalidades (garantir escolas, postos de saúde) nessa perspectiva, cabe a esses poderes, e não às pessoas. Por isso, o Programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigações aos beneficiários, pois a titularidade de um direito jamais deve ser condicionada. O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades [...].

Assim, arranja-se a ideia de que a democratização da educação básica requer um trabalho de inclusão produtiva e a superação dos motivos que levam a baixa frequência nas escolas se imbrica em “refletir sobre a natureza contraditória da organização pública que faz com que as demandas dos alunos beneficiados pelo programa sejam perpetuadas, uma lógica condizente com a lógica do capitalismo, situação que leva a outra questão, as imposições que cercam a (des)concentração de renda”. (MACENO & NEVES, 2013, p. 7). Ainda neste contexto, Santiago (2017, p. 34) acrescenta que o programa

[...] Deveria funcionar, portanto, como um instrumento propulsor à quebra do ciclo intergeracional da pobreza, ou seja, não deveria assumir um caráter impositivo nem punitivo quando da repercussão sobre os benefícios nas formas de advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento. O ciclo intergeracional da pobreza ou pobreza hereditária se dá pela transmissão das condições de pobreza para as futuras gerações.

Como visto, é certo que as desigualdades sociais permeiam a realidade social colocada atualmente. A escola, inserida neste processo histórico contraditório de má distribuição de renda, lida com aspectos da pobreza à medida que a relação entre esta e a evasão se tornam diretamente proporcionais. Por isso, o presente estudo não descuida do fato que aspectos econômicos e sociais influenciam diretamente nos índices de repetência e evasão escolar, mas também problematiza o fato de que o Estado deve garantir a sua contrapartida, que é efetivar o acesso e garantia dos direitos previstos em lei. Neste sentido, no que se refere ao PBF aquilo que é direito passa a ser “metamorfoseado” quando se instaura a condicionalidade (TELES & STEIN, 2013, p. 200). Neste contexto, faz-se necessário que o Assistente Social busque sanar ou atenuar os problemas sociais relacionados aos alunos (CFESS, 2001, p. 12), contribuindo assim para a redução do quantitativo de estudantes fora da escola, de modo geral, pelos motivos e fatos geradores da baixa frequência, pois a uniformidade na qual a escola lida com os diferentes níveis culturais e econômicos de sua clientela leva os índices de evasão e fracasso escolar a serem representados primordialmente por crianças de baixa renda (SANTOS, 2001, p.16).

Por conseguinte, prevalece o fato de ser real a necessidade de diálogo entre todos os sujeitos escolares. Imbrica dizer que áreas do conhecimento necessitam caminhar juntas no enfrentamento do baixo rendimento escolar trazido pela realidade social vivida pelos estudantes, através de uma interdisciplinaridade diária e com qualidade. O Serviço Social promove a conexão, o diálogo, a mediação entre a escola e a realidade social, à medida que realiza um trabalho que o Estado não faz. A escola não se caracteriza apenas por sua estrutura física, uma vez que educação não se faz exclusivamente em sala de aula. É fato que a maioria das crianças que chega à escola são carentes de afeto, cultura e oriundas de círculos problemáticos familiares (PARO, 1996). O fracasso que hoje gera a evasão escolar pode ser analisado através da ótica de como a escola trata a criança pobre (SANTOS, 2001, p.18).

É fato que a abrangência e amplitude da questão não é simples e tampouco será resolvida de modo imediato. As desigualdades sociais são fatores históricos assim como a exclusão é multifacetada (Costa & Riedner, 2017, p. 227). Neste contexto, analisar o fracasso e evasão

escolar sem direcionar o olhar à questão social que a escola se insere não desintrinca o problema na sua essência, apenas lida com os resultados não tratados de um fenômeno estrutural. A pobreza, historicamente, não deve ser naturalizada uma vez que representou – e representa – um processo social e histórico humano (MATTEI, 2017, p. 49).

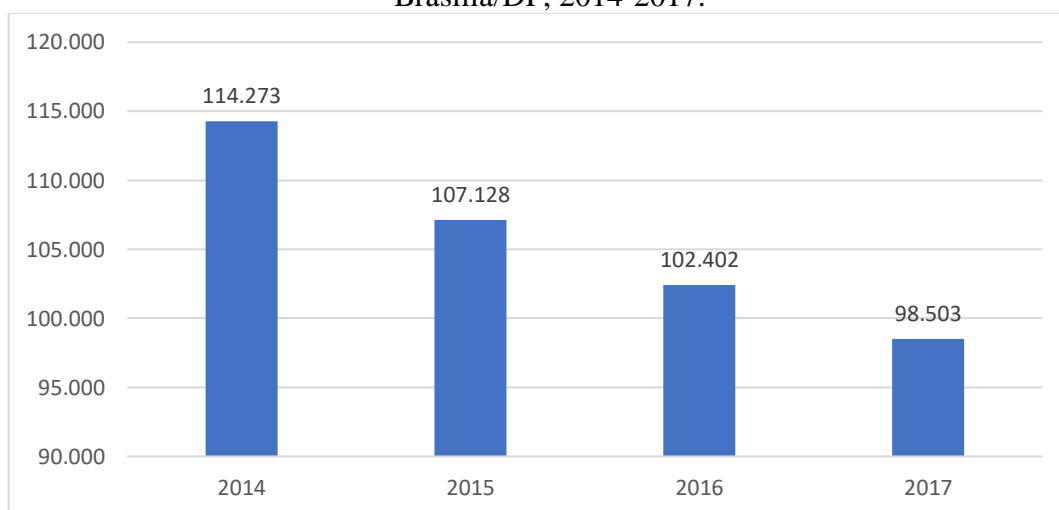
O Serviço Social tem o compromisso de trabalhar de forma intersetorial e interdisciplinar, contribuindo com professores e pedagogos no processo ensino-aprendizagem e com aspectos relacionados ao contexto social do aluno. Não existe a possibilidade de se confundirem suas ações e competências, pois as leis regulamentadoras de cada profissão delimitam suas atuações. A profissão é portadora de ferramentas teórico-metodológicas para interligar as funções, de maneira que o atendimento seja qualificado por estratégias que envolvam os diversos atores e demandas da comunidade. (GONÇALVES, 2015, p. 3).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício

Para que haja uma comparação histórica entre os dados a serem apresentados, fez-se necessário que as informações colhidas para a pesquisa fossem reduzidas para uma análise mais centrada nos objetivos propostos. Desta forma, foi elaborada uma tabela principal referente aos motivos do descumprimento dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (Tabela 1) e outra tabela principal referente aos motivos do descumprimento dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (Tabela 2) separadamente, tendo em vista que as hipóteses iniciais levantadas são distintas no que diz respeito a cada uma das faixas etárias.

Gráfico 1: Total de beneficiários PBF - Faixa etária: 6 a 15 anos de idade (BFA): Brasília/DF, 2014-2017.



Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

Em atenção ao Gráfico 1, onde é representado o quantitativo anual de alunos beneficiários do PBF com faixa etária entre 6 e 15 anos de idade, observa-se uma redução gradativa e significativa do quantitativo durante os últimos quatro anos. Em pesquisa ao site do MDS, a justificativa aponta que, o corte se deu em primazia pelo fato do Governo realizar uma operação de “pente fino” e corrigir irregularidades, como renda *per capita* acima do que estabelece a lei. Por outro lado, pode-se pensar também que, historicamente, as famílias beneficiadas que se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza conseguiram superar essa realidade e com o aumento da renda *per capita*, sendo assim foram retiradas da condição de beneficiários. Tem-se também o fato do PBF ter – em sua maioria – famílias com crianças, e o número de

famílias que estão saindo do programa não tem acompanhado o quantitativo que entra, sendo este último menor. Sabe-se que, para o aprofundamento da questão, o investimento em pesquisas qualitativas por parte do governo tem se tornado cada vez mais necessário, tendo em vista que os dados disponibilizados se encontram registrados quantitativamente, sem um maior enfoque qualitativo dos índices.

Tabela 1: Quantitativo de registros dos motivos que caracterizaram⁷ o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (BFA): Brasília/DF, 2014 – 2017.

Motivo do Descumprimento	Ano: 2014	Ano: 2015	Ano: 2016	Ano: 2017
Motivo da baixa frequência não informado	11.619 (70,47%)	11.747 (73,70%)	12.137 (72,85%)	13.893 (78,87%)
Negligência dos pais ou responsáveis	2.283 (13,84%)	1.806 (11,33%)	1.819 (10,91%)	1.618 (9,18%)
Desinteresse/desmotivação pelos estudos	1.368 (8,29%)	1.298 (8,14%)	1.300 (7,80%)	1.134 (6,43%)
Abandono/desistência	701 (4,25%)	614 (3,85%)	695 (4,17%)	705 (4%)
Beneficiário sem vínculo/matricula escolar	190 (1,15%)	140 (0,87%)	364 (2,18%)	50 (0,28%)
Questões sociais, educacionais e/ou familiares	260 (1,57%)	141 (0,88%)	163 (0,97%)	154 (0,87%)
Situação de rua	2 (0,01%)	159 (0,99%)	151 (0,90%)	28 (0,15%)
Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais	23 (0,13%)	10 (0,06%)	20 (0,12%)	19 (0,10%)
Gravidez	30 (0,18%)	13 (0,08%)	6 (0,03%)	4 (0,02%)
Violência doméstica	4 (0,02%)	1 (0,01%)	0 (0%)	3 (0,01%)
Participação em jogos estudantis ⁸	0 (0%)	4 (0,03%)	0 (0%)	3 (0,01%)
Trabalho infantil	0 (0%)	2 (0,01%)	3 (0,01%)	1 (0,01%)
Exploração/abuso sexual	2 (0,01%)	2 (0,01%)	0 (0%)	2 (0,01%)
Trabalho do jovem	5 (0,03%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	16.487	15.937	16.658	17.614

Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

⁷ N° total de alunos com a frequência escolar no mês abaixo da mínima (85% BFA ou 75% BVJ), por motivo que caracteriza descumprimento.

⁸ Não considerado como atividade escolar, por isso o motivo se enquadra naqueles que caracterizam o descumprimento.

Em observação aos dados referentes à Tabela 1, observa-se que o motivo mais representativo dos motivos que caracterizam o descumprimento do benefício dos alunos com faixa etária entre 6 e 15 anos de idade, em todos os anos, foi o “Motivo da baixa frequência não informado”. De acordo com as tabelas originais, a subcategoria principal contida nos dados é que “A família não informou o motivo” em todos os anos. Além disso, durante os anos estudados, percebe-se gradativo aumento no quantitativo de registros, fator histórico contraditório, pois o mesmo necessitaria ser reduzido, uma vez que as famílias devem informar às escolas os motivos que levaram os estudantes a não cumprirem a condicionalidade.

Levando em consideração que a garantia do direito à educação compreende o acesso e a permanência do estudante, observa-se que a necessidade de uma atuação mais incisiva por parte da escola neste aspecto é evidente, pois a subcategoria apresentada do motivo “tira da escola o peso da responsabilidade pela permanência dos estudantes” (SCHNEIDER, 2017, p. 273).

Atualmente, é primordial que haja um diálogo entre o ambiente familiar e a escola. Ambos são – cada um à sua maneira – responsáveis pela formação intelectual e social do indivíduo e por isso necessitam caminhar juntas na formação continuada dos alunos. Uma escola que possibilita a comunicação abre suas portas para o conhecimento de sua didática, seu funcionamento e sua estrutura. Por outro lado, a família que se disponibiliza e abre espaço para que a escola auxilie e conheça a educação dos filhos promove o alicerce de um aprendizado mais consolidado e com isso a função social que a escola possui consegue ser mais sólida e efetiva. Neste sentido, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos auxilia no entendimento sobre a necessária relação entre a escola e a família:

Art. 1º [...] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...].

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, percebe-se a essência colaborativa que deve permear a relação família-escola. Ambas devem caminhar juntas, dialogar e informar os acontecimentos para que as medidas necessárias para o sucesso escolar sejam eficazes. Neste sentido, cabe frisar a contribuição da Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF/88, Art. 205).

Além disso, existe um fator contraditório no que se refere ao motivo mencionado. Observou-se que, historicamente, o quantitativo de registros apresentou crescimento durante os anos, atingindo o índice de 78,87% em 2017. Porém, com auxílio do Gráfico 1, observa-se que o referido ano possui o menor quantitativo de beneficiários do PBF e, mesmo assim, apresentou o maior quantitativo de registros relacionados ao “Motivo não informado”. Pressupunha-se inicialmente que, com a redução histórica do número de beneficiários, o quantitativo de registros relacionados à baixa frequência também acompanharia este decréscimo, mas, na verdade, o que aconteceu foi o inverso, apresentando o ano de 2017 com o maior registro do período estudado.

Em observação ao exposto, subtende-se que compreender o quem tem levado ao alto índice de motivos não informados contidos nos dados é mergulhar em uma gama de possibilidades subjetivas de cada registro realizado pelas escolas. Desta forma, considera-se que devido à grande quantidade de motivos possíveis a serem registrados pelas unidades educativas, deve-se ter um cuidado e um zelo cada vez maior na coleta e registro dos dados, uma vez que existe a possibilidade de alguns motivos considerados como “não informados” pelos gestores escolares se encaixarem em outras categorias.

O segundo motivo do descumprimento mais representativo em todos os anos foi “Negligência dos pais ou responsáveis”. De acordo com as tabelas originais, a subcategoria principal contida nos dados é que “A escola examinou a questão com as famílias” em todos os anos. Além disso, observa-se que, historicamente, houve tímida redução no quantitativo de registros, o que deve ser avaliado como fator positivo, mas que necessita de atenção tanto quanto qualquer outro fator com significativa representatividade numérica registrada.

Em prosseguimento à mesma temática familiar apresentada anteriormente, analisa-se o significado do termo “negligência”, que, de acordo com Ferreira (2010, p. 529), significa basicamente falta de atenção ou de cuidado e desleixo.

É fato que nos dias atuais, alguns pais vêm deixando de cumprir um papel fundamental e não exclusivo da escola: sua responsabilidade como educadores. Transferir a educação dos filhos unicamente para a escola representa, necessariamente, responsabilizá-la nos casos onde o fracasso escolar é evidente, desconsiderando os aspectos familiares que compõem a formação do educando e buscando na escola elementos que muitas vezes vão além do que ela pode oferecer. Por outro lado, a escola deve encarar a relação com a família como estratégia para um satisfatório desenvolvimento do indivíduo: ambas devem se unir com o intuito de auxiliar a criança no seu desenvolvimento social e intelectual. Infere-se aqui que não há igualdade de

oportunidades quando se pensa a escola contemporânea (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 24). O desafio é justamente amenizar os efeitos da desigualdade, das condições sociais por vezes precárias e dos reflexos que a pobreza expõe no cotidiano escolar, preparando assim o indivíduo para a vida.

O terceiro motivo do descumprimento mais representativo em todos os anos foi “Desinteresse/desmotivação pelos estudos”. De acordo com as tabelas originais, a subcategoria principal contida nos dados é que “A escola vem agindo para identificar as causas” em todos os anos.

É certo dizer que o tema relacionado ao desinteresse e desmotivação dos estudantes não é simples de ser fundamentado. A motivação é um processo que desencadeia a ação no indivíduo para que este alcance seus objetivos, seja na escola ou na vida cotidiana. Na escola especificamente, pode-se dizer que o incentivo está diretamente ligado à motivação dos estudantes, fazendo com que os mesmos se organizem em busca dos objetivos pedagógicos propostos pela escola. Por parte da família, esta necessita cumprir um dos seus principais papéis no processo de educação dos filhos: acompanhar sistematicamente a aprendizagem e fornecer apoio psicológico e afetivo sempre que necessário neste contexto.

Trata-se, pois, de atentar-se para os impactos que as condições socioeconômicas trazem para o desempenho escolar. Em casos de famílias que atravessam contextos de vulnerabilidade social, estas necessitam de uma maior atenção por parte de gestores no desenvolvimento de políticas públicas que visem às especificidades de cada localidade, uma vez que a desmotivação gera consequências como o fracasso e evasão escolar.

A desigualdade social não está alheia às condições de acesso, qualidade, permanência e aprendizagem de sujeitos em instituições públicas de ensino. No Brasil, a oferta de vagas na escola pública não foi acompanhada das condições necessárias para garantir a qualidade da educação. Nesta perspectiva, compreende-se que o direito à educação pública e de qualidade implica em medidas que vão além do acesso e da exigência da frequência escolar, pois significa garantir a permanência com aprendizagem e conclusão com sucesso. (STEIN & TELES, 2013, p. 205).

Desta forma, percebe-se que os fatores geradores da questão que envolve a motivação pelos estudos se debruçam mais uma vez sobre a importância que a família tem na vida de todo e qualquer educando. Sendo assim, infere-se que a influência do contexto familiar na saúde mental de crianças e adolescentes deve ser levada em consideração, uma vez que a desestruturação deste meio pode gerar desequilíbrios afetivos, refletindo negativamente na formação social do aluno.

Atualmente, o conceito de família já superou o tradicionalismo existente no passado e assume papel de mediação das relações entre os indivíduos que a compõe, não necessariamente estabelecidas por laços sanguíneos, mas sim de pertencimento a um lugar onde é possível socializar sentimentos, permitindo que cada um possa realizar-se como pessoa em busca da felicidade e do afeto. Neste sentido a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nos sugere que

[...] a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2004, p. 41).

O quarto motivo do descumprimento mais representativo em todos os anos foi “Abandono/desistência”. De acordo com as tabelas originais, a subcategoria principal contida nos dados é que “A escola vem agindo para identificar as causas” em todos os anos.

Analisar o abandono e a desistência neste momento é compreender que tal fenômeno se trata basicamente de uma consequência relacionada aos fatores demonstrados anteriormente. Os motivos da baixa frequência que estão mais evidenciados são elementos que podem levar o aluno a abandonar os estudos, desistir de estudar e se inserir nos índices de evasão escolar. Por isso, um dos papéis da escola é dar condições para que o aluno ali permaneça e por isso a mesma possui fundamental responsabilidade no que diz respeito ao abandono e desistência dos estudantes.

Desta forma, o fracasso escolar é interpretado aqui como o próprio fracasso das relações sociais e não se configura como fato exclusivo e único da escola. São fatores que, somados, vão traçando o resultado exposto: não se trata apenas da ausência de políticas públicas ou da negligência dos pais na educação dos filhos, mas sim da união de acontecimentos que, se não forem trabalhados desde o início, de modo sistemático e conjunto, tanto pela escola, pela família e pelo Estado, continuarão compondo os históricos índices de evasão escolar relacionados ao abandono dos estudos. Por isso, solucionar a evasão escolar é encontrar as causas do problema e não responsabilizar isoladamente algo ou alguém. Neste sentido, aponta-se a contribuição de Espínola (2010, p. 10):

[...] É importante frisar que a partir do entendimento do processo de evasão, criam-se novas metodologias e demonstra-se a carência e a necessidade de maiores investimentos por parte de governantes, escola e família, sendo incabível apontar apenas “a escola” como responsável pelo processo de evasão. As determinações creditadas ao estado e à família são carentes de uma cuidadosa análise, pois, a falta de

uma educação baseada em princípios coerentes e vantajosos por parte do governo e as possíveis falhas da família, devem ser consideradas, visto que estes fatores podem resultar em uma realidade preocupante [...].

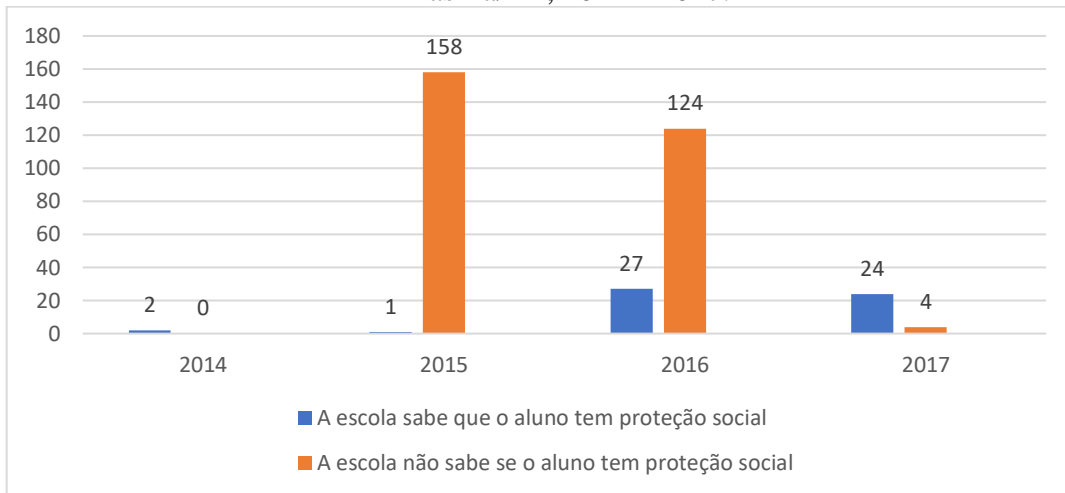
O quinto motivo do descumprimento mais representativo no ano de 2016 foi “Beneficiário sem vínculo/matricula escolar”, enquanto nos anos de 2014, 2015 e 2017 apresentaram “Questões sociais, educacionais e/ou familiares”.

No que diz respeito ao ano de 2016, de acordo com as tabelas originais, a única subcategoria contida nos dados é que “Pessoa foi encontrada, mas não quer mais estudar” em todos os anos.

Observou-se que o desinteresse pelos estudos se encontra subentendido na subcategoria supracitada. Discutir o que pode ser feito pela escola para que os alunos se interessem mais pelas aulas, pelo ambiente e pelos estudos é perpassar pelos objetivos que a educação contemporânea possui de formar cidadãos aptos intelectualmente para a vida em sociedade. Mas vai além. Garantir a permanência não é algo tão simples e tampouco se dá apenas com a presença de uma estrutura física e quantitativo de professores para ministrar aulas. Educação é, acima de tudo, reconstrução e quebra de paradigmas. Métodos de ensino precisam corriqueiramente passar por processos de reestruturação, remodelagem e reformas de acordo com as demandas sociais, da clientela e principalmente da realidade social na qual a escola está inserida.

Em referência às “Questões sociais, educacionais e/ou familiares”, as duas principais subcategorias evidenciadas nas tabelas originais em todos os anos são que o estudante estava em “viagem com os pais” e “pais sem domínio dos filhos” em todos os anos. Preliminarmente, constata-se que em caso de veracidade das informações passadas à escola, a viagem em família pode ser considerada positiva no sentido de estreitamento das relações afetivas familiares, porém negativa no que diz respeito à perda de conteúdo devido à ausência do aluno nas aulas. Neste sentido, faz-se necessário que a sensibilização quanto à importância da presença na escola permeie as pautas de atuação docente e também da gestão das unidades educativas.

Gráfico 2: Quantitativo anual de subcategorias do motivo "Situação de rua": Brasília/DF, 2014 – 2017.



Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

Em resumo aos principais motivos que historicamente levaram estudantes entre 6 e 15 anos de idade a descumprirem as condicionalidades, observou-se que não há elementos isolados que possam justificar a baixa frequência, mas sim um conjunto de aspectos sociais, econômicos e culturais. Salienta-se ainda que, durante os anos analisados, os motivos se repetem. Trata-se de um processo histórico, onde a maioria das famílias opta por não informar às escolas os motivos das ausências dos estudantes, negligencia seu papel formador e conjunto na educação dos filhos, que gera desmotivação, desinteresse pelos estudos e conseqüente abandono escolar.

Com isso, percebe-se que a condicionalidade imposta de 85% de frequência escolar para estudantes de 6 e 15 anos de idade para a permanência no PBF não garante, *a priori*, a permanência do aluno na escola, uma vez que os índices mostram um quantitativo significativo de abandono e desinteresse pelos estudos.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentro outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infraestrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (CFESS, 2001, p. 11).

Em seguida, os aspectos mais relevantes, não necessariamente nesta ordem, foram: “Situação de rua”; “Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais”; “Gravidez”; “Violência

doméstica”; “Participação em jogos estudantis”; “Trabalho infantil”; “Exploração/abuso sexual” e, por último, “Trabalho do jovem”.

Com auxílio do Gráfico 2 e no que diz respeito ao quantitativo de registros referentes aos estudantes em “Situação de rua”, no último ano analisado (2017), houve uma mudança significativa no que diz respeito às justificativas apresentadas pelas famílias. Enquanto em 2015 e 2016 (anos com representatividade maior) a principal subcategoria contida nas tabelas originais foi “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”, no último ano, em todos os meses que houve registros referentes ao respectivo motivo, a subcategoria se alterou para “A escola sabe se o aluno tem proteção social”, demonstrando um melhor conhecimento acerca da situação do estudante para além do escopo meramente educativo.

Concomitantemente, também houve significativa mudança no que diz respeito ao quantitativo de subcategorias entre os anos de 2014 e 2015, onde “A escola não sabe se o aluno tem proteção social” saltou de zero para 158 registros de um ano para outro.

Em ponderação à questão relacionada, a situação de rua é vista como uma das expressões da questão social, termo relacionado ao afloramento das desigualdades sociais em virtude precipuamente da solidificação do sistema capitalista. Levando em consideração que a presente análise se trata do índice relacionado aos alunos entre 6 e 15 anos de idade, infere-se que a família como um todo necessita do amparo social, pois a criança ou adolescente em situação de rua está sob responsabilidade direta de sua família. O vínculo familiar que possivelmente esteja rompido necessita ser reestabelecido o mais breve possível para que a criança ou adolescente retorne aos estudos. Desta forma, é fato que o Assistente Social pode e deve contribuir no processo de acompanhamento e inclusão social destas famílias, uma vez que a discriminação social geralmente vem à tona não somente pela sociedade no dia-a-dia das cidades, mas também pelo Estado.

Desigualdade social e pobreza não são privilégios da sociedade contemporânea, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo. A população de rua, por sua vez, constitui um segmento social que expressa uma situação limite de pobreza, por mais diferente que seja a conceituação desenvolvida. Nesse sentido o morador de rua tem seu lugar social demarcado, sendo estigmatizado pela sociedade. (PEREIRA, 2009, p. 199).

Observa-se que o enfrentamento da questão da população em situação de rua pelo Estado no Brasil é superficial e quase inexistente. Nesse sentido, deve-se levar em consideração a Lei 11.258/05 que elucida a obrigatoriedade da criação de atendimentos voltados à respectiva população no cerne da política de assistência social. O acompanhamento de tal situação pode também pode ser feito levando em consideração à Política Nacional para a População em

Situação de Rua, criada em 2009 com o objetivo de fazer com que as demandas sociais alcancem de fato o processo de elaboração das políticas públicas e a política do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, que também se empenha em garantir uma maior participação e protagonismo destes usuários no meio social.

O assunto mencionado reflete sobre a atuação do Assistente Social diante de um dos enfrentamentos relacionados à sua profissão: a promoção da garantia de direitos. Acredita-se, pois, que se houvesse uma participação mais efetiva deste profissional dentro das unidades educativas, índices como “Situação de rua” seriam minimizados satisfatoriamente.

[...]Conforme o exposto, reiteramos a importância de pautar essa construção a partir dos princípios de nosso Projeto Ético Político Profissional, pois a inserção e a permanência na escola de um grande contingente da população brasileira que ainda flutua entre uma precária inclusão e exclusão, constitui-se em um compromisso assumido também pelos profissionais de Serviço Social. Temos a certeza de que precisamos fazer alianças com os setores organizados da educação, buscando parceiros para o nosso projeto de profissão e de sociedade, em discussão. Mediante esta visão, muitos serão os caminhos que levarão o profissional do Serviço Social ao campo da Educação, sendo essa inserção devidamente reconhecida. Nesta perspectiva, não podemos nos eximir do compromisso de referenciar o entendimento desta questão que vem assumindo um espaço cada vez maior na agenda do conjunto CFESS/CRESS (Conselho Regional de Serviço Social). (CFESS, 2001, p. 8).

O motivo do descumprimento que é representado em sequência à “Situação de rua” é o “Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais”, que apresenta como principal subcategoria evidenciada nas tabelas originais que “A escola sabe que houve encaminhamento” em todos os anos.

Sabe-se que o envolvimento com drogas é um tema amplamente debatido e um desafio a ser superado por todos os profissionais não só da área educacional, mas também da saúde e assistência. Quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade social, este fato se agrava, exigindo que as estratégias de enfrentamento de tais problemas sejam constantemente repensadas. Neste sentido, é de suma importância que a escola identifique com as famílias as possíveis causas que levam os estudantes à evasão escolar e acompanhe o tratamento dado à questão pelos órgãos públicos de apoio, como o Conselho Tutelar. Neste sentido, é possível apontar as contribuições do Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do CFESS que cita, entre as funções do Assistente Social em atuação na escola:

[...] Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões que envolvam saúde pública;
Articulações com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

Realizações de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente. (CFESS, 2001, p. 13).

Posteriormente, o motivo “Gravidez” é evidenciado com a subcategoria “Não é gravidez de risco” em todos os anos. Observa-se que o quantitativo de registros vem sendo reduzido historicamente, apresentando 4 (quatro) registros no ano de 2017, contra 30 (trinta) em 2014. Apesar dos números mostrarem uma queda nos índices, a gravidez na adolescência é um fator de saúde pública e permanece como uma questão preocupante atualmente, principalmente no que diz respeito à escolarização e os efeitos futuros do seu abandono, mesmo que temporário.

Existem alguns fatores de proteção que devem ser levados em conta para que possam ser diminuídos os índices de gravidez na adolescência, como o uso de métodos contraceptivos e os programas educacionais em saúde, principalmente nas escolas, que pode também intervir com aulas de educação sexual. (ROCHA, 2009, p. 22)

Em sequência, o motivo “Violência doméstica” traz como subcategoria “A escola sabe que a criança foi encaminhada” em todos os anos analisados, com exceção do ano de 2016, onde não houve registros de violência doméstica como motivo de baixa frequência.

O tema relacionado à violência doméstica remete principalmente a determinados princípios dispostos no ECA e as proteções dispostas no PNAS, que divide a assistência social em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Trata-se aqui de evidenciar a importância de ambas estarem em articulação, para que os serviços de proteção social possam ser garantidos.

Em continuidade, o motivo “Participação em jogos estudantis” possui como subcategoria “Não considerada como atividade escolar” em todos os anos. Trata-se de atividades esportivas que, de acordo com o Sistema Presença/MEC, são e devem ser estimuladas pela escola. Porém, se realizadas fora do ambiente escolar, as ausências dos estudantes devem ser justificadas para que não haja prejuízo na frequência escolar e consequente interferência no recebimento do benefício. Desta forma, os índices apontados na tabela demonstram o quantitativo de registros em que os alunos não apresentaram justificativas para as ausências.

Após o exposto, “Trabalho infantil” é o motivo evidenciado em seguida, apresentando nas tabelas originais, “A escola sabe que o aluno tem proteção social” como subcategoria evidenciada apenas no ano de 2015, pois nos anos de 2016 e 2017 a subcategoria declarada pelas escolas foi de “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”. Salienta-se ainda, que no ano de 2014 não houve registros de trabalho infantil como motivo de baixa frequência.

Quanto ao tema, o trabalho infantil é caracterizado quando crianças e adolescentes encontram-se trabalhando em idade abaixo da mínima permitida legalmente. No Brasil, o trabalho é legalmente permitido a partir dos 14 anos de idade na condição de aprendiz e a partir de 16 anos de idade com proibição de algumas atividades específicas, como atividades noturnas, insalubres, perigosas, etc.⁹. A inserção das crianças no mercado de trabalho deve ser investigada, pois geralmente trata-se de um perfil familiar que clama por ajuda. A escola neste caso se associa com a questão social da família à medida que a má qualidade da educação pode provocar o precoce ingresso da criança no mundo do trabalho devido à fatores como pobreza e precárias condições de vida. Se a escola não consegue fazer com que as famílias acreditem na educação como uma das formas de perspectiva de mudança, índices de evasão tendem a se reproduzir histórico e socialmente, impedindo as tentativas de rompimento com a perpetuação da pobreza.

Destaca-se então mais um papel fundamental da escola quando o assunto é a relação com a situação vivida pelos alunos, pois se for configurado trabalho infantil, a mesma deve agir com os órgãos responsáveis de maneira imediata, uma vez que a omissão acarreta crime de responsabilidade civil.

O mesmo adequa-se para o motivo relacionado à “Exploração/abuso sexual”, que possui como subcategorias “A escola sabe que a rede de proteção foi acionada” e “A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada”. No ano de 2014, os dois registros computados apresentam desconhecimento da escola sobre o acionamento ou não da rede de proteção. Já em 2015 cada um dos dois registros computados apresentam uma subcategoria diferente. Em 2017, tem-se um progresso, pois os dois registros computados apresentam como subcategorias “A escola sabe que a rede de proteção foi acionada”. Neste sentido, vale destacar a explicação acerca do referido motivo presente no Sistema Presença/MEC¹⁰:

A ocorrência de violência contra crianças e adolescentes tem alcançado elevados índices. Situações de violência/exploração sexual exigem reações por parte de toda a sociedade civil e dos poderes constituídos. A ocorrência de violência contra crianças e adolescentes no espaço doméstico geralmente passa de forma silenciosa pela sociedade, pois se esconde no espesso muro da vida privada e no sigilo dos membros da família, devido ao medo, ao desconhecimento ou à cumplicidade. A escola é o local privilegiado para identificar a ocorrência desses fatos tão graves. Os sinais podem aparecer pelas marcas físicas nas crianças ou se manifestar no seu comportamento social e/ou emocional. Tendo observado esses sinais, os(as) agentes sociais ou escolares podem agir de modo preventivo ou fornecer atendimento, acionando os

⁹ Lei 10.097 de 2000, que trata sobre os dispositivos legais da empregabilidade do Jovem Aprendiz. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso: 14/10/2018.

¹⁰ Fonte: Sistema Presença/MEC. Disponível em: <<http://tutorialpresenca.mec.gov.br/guia-de-motivos-de-baixa-frequencia-grandes-prefeituras-informacoes-uteis.html>>. Acesso: 30/09/2018.

recursos existentes na comunidade, como os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Defesa da Criança e Adolescente.

O Sistema Presença do MEC contribui para focalizar pontualmente essas ocorrências. A SECADI/MEC implementa os projetos “Escola que Protege” e o “Programa Educação em Direitos Humanos”, objetivando a capacitação e orientação dos(as) profissionais em educação no sentido de enfrentar e combater essa realidade.

Por fim, o último motivo do descumprimento evidenciado é “Trabalho do jovem” que no ano de 2014 apresentou 5 (cinco) registros e nos anos subsequentes não houve incidências registradas. As subcategorias mais evidenciadas no referido ano foram “Estagiário sem vínculo empregatício” e “Emprego formal (a partir de 16 anos)”. Desta forma, observa-se que a continuidade nos estudos é e deve ser uma prioridade na vida de crianças, jovens e adolescentes. Mesmo com o amparo legal aos jovens a partir de 16 anos em assumir um emprego, sabe-se que os estudos ainda devem ser o primeiro objetivo de qualquer pessoa que busca uma melhor qualidade de vida e formação profissional para que seu ingresso no mercado de trabalho aconteça de uma forma mais preparada e apta aos desafios e responsabilidades.

Em resumo, os fatores evidenciados pela análise do quantitativo de registros dos motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade, além de demonstrarem o papel fundamental que a família exerce na vida escolar e social dos seus filhos, manifesta que a ausência de uma estrutura familiar sólida desencadeia uma série de eventos negativos na vida de crianças e jovens em idade escolar. Cabe dizer também que o desfecho analítico trazido pelos dados referentes à Tabela 1 refuta a hipótese inicial desta pesquisa no sentido de não apresentar como fator determinante da baixa frequência escolar o transporte público ineficiente, levando em consideração os motivos que caracterizam o descumprimento das condicionalidades entre os alunos BFA.

Observou-se que o diálogo entre as unidades educativas e as famílias no sentido de buscarem juntas a solução dos problemas que levam crianças e jovens a se evadirem da escola é primordial. A família faz parte da formação humana e social assim como a escola procura formalizar uma escolarização baseada em princípios éticos e humanos de formação. Por isso, negligenciar situações de descaso, desprezo, desinteresse, desmotivação, abandono, desistência e falta de vontade de estudar que vem compondo os índices históricos de baixa frequência escolar nos últimos anos no Distrito Federal não pode representar ações da família e tampouco da escola.

Os índices relacionados aos principais motivos evidenciados nesta primeira análise demonstraram que o efeito causa e consequência se fizeram muito presentes, pois questões sociais que surgiram após as categorias principais emergirem refletem principalmente

consequências de fatos e acontecimentos que poderiam ter sido evitados ou suas representações reduzidas. Além disso, a atuação do Assistente Social na Educação pode contribuir para que a escola seja vista como instância de instituição democrática, onde a participação da comunidade em sua organização e funcionamento sejam garantidas, visando uma interrelação das áreas de conhecimento. É o caso dos índices de situação de rua, que possuem relação direta com o envolvimento de crianças e jovens no cometimento de atos infracionais, uso de substâncias entorpecentes, violência, exploração, trabalho infantil e abuso sexual.

Diante disso, cabe refletir sobre até que ponto a educação formal representada pela escola está cumprindo o seu papel para com a realidade social dos seus alunos, dialogando com a família para que juntas encontrem a melhor maneira de minimizar os índices relacionados à baixa frequência, evasão e fracasso escolar. Em outras palavras, de que maneira a escola consegue lidar com a complexidade da contrapartida existente nas condicionalidades do programa ao ponto de compreender que por detrás dos índices de baixa frequência existem situações complexas e históricas que fazem parte da vida não só escolar, mas social da criança em situação de pobreza?

Desta forma, este estudo vai de encontro com a proposta de Saviani (1944, p. 43-44) quando este afirma que a solução para emancipação das camadas populares não está relacionada à “educação compensatória”, pois compreende um contexto muito mais amplo.

O caráter de compensação de deficiências prévias ao processo de escolarização nos permite compreender a estreita ligação entre educação compensatória e pré-escola. Daí porque a educação compensatória compreende um conjunto de programas destinados a compensar deficiências de diferentes ordens: de saúde e nutrição, familiares, emotivas, cognitivas, motoras, linguísticas, etc. Tais programas acabam colocando sob a responsabilidade da educação uma série de problemas que não são especificamente educacionais, o que significa, na verdade, a persistência da crença ingênua no poder redentor da educação em relação à sociedade. Assim, se a educação se revelou incapaz de redimir a humanidade através da ação pedagógica, não se trata de reconhecer seus limites, mas de alargá-los: atribui-se então à educação um conjunto de papéis que no limite abarcam as diferentes modalidades de política social. A consequência é a pulverização de esforços e de recursos com resultados praticamente nulos do ponto de vista propriamente educacional.

Tabela 2: Quantitativo de registros dos motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (BVJ): Brasília/DF, 2014 – 2017.

Motivo do Descumprimento	Ano: 2014	Ano: 2015	Ano: 2016	Ano: 2017
Motivo da baixa frequência não informado	1.014 (32,57%)	970 (33,07%)	1.266 (39,18%)	2.072 (49,25%)
Abandono/desistência	1.286 (41,31%)	975 (33,24%)	835 (25,84%)	1.250 (29,74%)
Desinteresse/desmotivação pelos estudos	398 (12,78%)	359 (12,24%)	615 (19,03%)	586 (13,92%)
Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar	278 (8,93%)	412 (14,04%)	388 (12%)	70 (1,66%)
Negligência dos pais ou responsáveis	75 (2,40%)	125 (4,26%)	87 (2,69%)	171 (4,06%)
Questões sociais, educacionais e/ou familiares	25 (0,80%)	19 (0,64%)	19 (0,58%)	37 (0,87%)
Gravidez	26 (0,83%)	28 (0,95%)	5 (0,15%)	6 (0,14%)
Situação de rua	3 (0,09%)	23 (0,78%)	5 (0,15%)	4 (0,09%)
Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais	3 (0,09%)	7 (0,23%)	11 (0,34%)	7 (0,16%)
Trabalho do jovem	5 (0,16%)	14 (0,47%)	0 (0%)	4 (0,09%)
Trabalho infantil	0 (0%)	1 (0,03%)	0 (0%)	0 (0%)
Participação em jogos estudantis	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Exploração/abuso sexual	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Violência doméstica	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	3.113	2.933	3.231	4.207

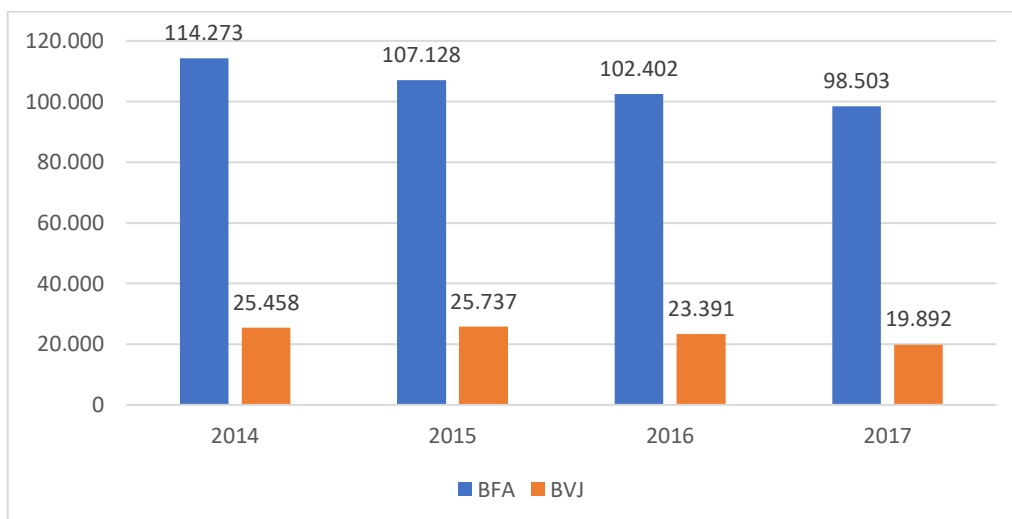
Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

A Tabela 2 apresenta os dados relativos ao quantitativo de registros dos motivos que caracterizam o descumprimento do benefício dos alunos com faixa etária compreendida entre 16 e 17 anos de idade (BVJ). Percebe-se que os 5 (cinco) principais motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício pelos alunos BVJ em relação aos estudantes BFA foram basicamente os mesmos, com maior representatividade da categoria “Questões sociais, educacionais e/ou familiares” em relação à categoria “Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar” entre os alunos BFA nos anos de 2014, 2015 e 2017.

O “Motivo da baixa frequência não informado” apresentou como subcategoria principal que “A família não informou o motivo” em todos os anos. O motivo “Abandono/desistência” apresentou como subcategoria mais evidente “A escola vem agindo para identificar as causas” em todos os anos. Em sequência, “Desinteresse/desmotivação pelos estudos” apontou como subcategoria mais evidente “A escola vem agindo para identificar as causas” em todos os anos. Adiante, o motivo “Beneficiário sem vínculo/matricula escolar”, apresentou como subcategoria “Pessoa foi encontrada, mas não quer mais estudar” em todos os anos e por fim, “Negligência dos pais ou responsáveis” em que “A escola examinou a questão com as famílias” foi a subcategoria mais evidenciada em todos os anos.

Acerca da relação entre o quantitativo de beneficiários BFA e BVJ, observa-se também uma distância considerável nos números. Apreende-se que a disparidade existente entre os quantitativos de registros está diretamente relacionada à quantidade de beneficiários, como é apresentado no Gráfico 3:

Gráfico 3: Quantitativo de beneficiários BFA e BVJ: Brasília/DF, 2014 – 2017.



Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

Desta forma, analisando em caráter geral os principais motivos que caracterizaram o descumprimento do benefício entre os anos de 2014 e 2017, inferiu-se que a necessidade de um maior controle social no que diz respeito às políticas públicas é mais do que necessário, é urgente. Exemplifica-se, pois, o fato de existirem traços jurídicos que determinam a obrigatoriedade da frequência escolar sem levar em consideração a situação de vulnerabilidade social vivida pelas famílias, o contexto familiar por vezes desestruturado que adocece e dificulta

o acesso aos direitos sociais gera desequilíbrios afetivos e sociais na formação humana, comprometendo diretamente na qualidade de vida. À vista disso, a presente análise argumenta que programas considerados de enfrentamento da pobreza são, portanto, o que Castel (1998) denomina “políticas de inserção”, que se limitam apenas aos efeitos superficiais de uma questão bem mais ampla e complexa socialmente.

A conjuntura de abandonos escolares vivenciadas atualmente confirma que, mesmo com o aumento dos discursos e dos movimentos em busca das pesquisas científicas e das políticas públicas, medidas como Bolsa-Escola, Escola Cidadã, Plano Desenvolvimento Escolar (PDE), demonstram-se insuficientes para solução de tais problemas. As dificuldades de controlar e até extinguir a Evasão Escolar torna-se mais aparentemente compreendida se estudada como um problema que não se encontra isolado, mas, está ao lado de outros problemas como o analfabetismo, as drogas, a violência e a não valorização dos profissionais da educação. (ESPÍNOLA, 2010, p. 11).

Os motivos mais evidenciados da baixa frequência demonstram que a escola possui um longo caminho pela frente no que tange ao enfrentamento dos desafios expostos pelos dados. Observa-se que a baixa frequência escolar, de modo geral, traz como principais justificativas fatores externos à própria vontade do indivíduo. Nesta perspectiva, o atendimento às famílias necessita ser mais investigativo no sentido de realmente amparar as pessoas que se encontram sem acesso aos direitos básicos. Mas como identificar o que é ou não atribuição da escola no sentido de redução dos índices de baixa frequência? Trata-se, pois, de perceber que a escola não é, sozinha, capaz de alterar a realidade social vivida pelas famílias levando em consideração a historicidade dos fenômenos sociais existentes. A escola é, de fato, importantíssimo elemento representativo de uma educação que pode metamorfosear a condição social, mas sozinha não consegue unir suas ferramentas e efetivar a mudança.

Sendo assim, esta análise considera que não há linha que delimite a ação educativa no que diz respeito à transformação social: a escola faz parte do processo como um todo e não está isolada. Trata-se da união de várias “ferramentas” que movimentarão as “engrenagens” da mudança, tendo a família como aliada da escola, o Estado como alicerce de recursos, o Serviço Social no cumprimento aos direitos e a sociedade com sua voz ativa.

Posteriormente, os aspectos mais relevantes foram: “Questões sociais, educacionais e/ou familiares”; “Gravidez”; “Situação de rua”; “Envolvimento com drogas e/ou atos infracionais”; “Trabalho do jovem”; “Trabalho infantil”; “Participação em jogos estudantis”; “Exploração/abuso sexual” e por último “Violência doméstica”.

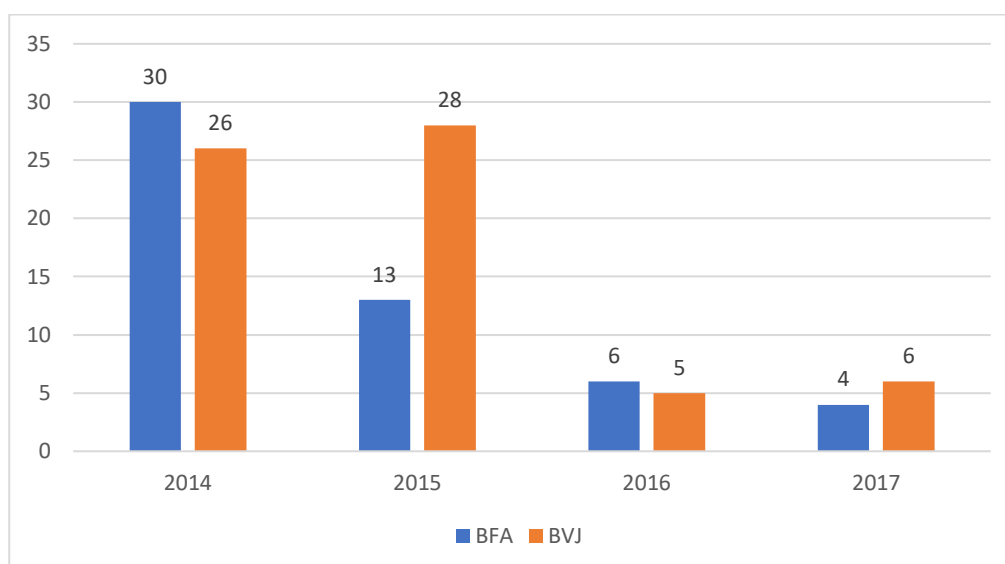
No que se refere à baixa frequência relacionada às questões sociais, educacionais e/ou familiares, a principal subcategoria contida nas tabelas originais, em todos os anos, é que os

“pais não têm domínio dos filhos”. Esta informação reflete outro papel que a família tem no que concerne à dimensão emocional na formação da criança ou adolescente. A educação está constituída em todo processo de convivência familiar, desde o nascimento da criança até a idade adulta. Por isso, a maneira como os pais reproduzem os valores e conhecimentos adquiridos ao longo da vida na educação dos filhos definirá qual será a relação deste sujeito com o mundo.

Assim sendo, é fato que dificuldades existem e existirão em qualquer ambiente familiar. Por isso é recorrente que famílias procurem na escola auxílio para lidar com seus filhos, onde respostas sobre comportamentos inadequados, relacionamento intrafamiliar fragilizado e rebeldia, ocasionalmente, são evidenciadas. A escola por sua vez necessita estabelecer um processo pedagógico de acompanhamento e orientação educacional voltados para o aconselhamento tanto estudantil quanto familiar, de acordo com a faixa etária do aluno e assim contribuir na sua formação social e não só pela educação formal. Mais uma vez é salientada a importância do Serviço Social para mediar tais contextos.

Em observação ao quantitativo de registros relacionados à “Gravidez”, é atônito observar que apesar de significativa redução nos índices a partir de 2015, a gravidez na adolescência é um fato contemporâneo a ser percebido. Nas tabelas originais, a única subcategoria presente para justificar o motivo é “Não é gravidez de risco” e por isso subentende-se que a gravidez – não considerada de risco – não é justificativa de baixa frequência escolar. Porém, deve-se levar em consideração que se trata de um processo delicado na vida de qualquer pessoa que se encontra na fase de transição entre a infância e a idade adulta, sendo às vezes prematuro assumir responsabilidades específicas e que podem implicar diretamente no nível de escolaridade, deixando ocasionalmente que os estudos fiquem em segundo plano. Figueiredo (2000, p. 486) aponta que “a maternidade na adolescência pode afetar negativamente o percurso educacional, ocasionando principalmente abandono escolar, formação incompleta, desemprego e reflexos de ordem psicossocial como baixa autoestima e depressão”. Ressalta-se que tais considerações não possuem um caráter generalizador, mas de atenção para a consciência acerca do tema.

Gráfico 4: Quantitativo de registros de Gravidez: Brasília/DF, 2014 – 2017.



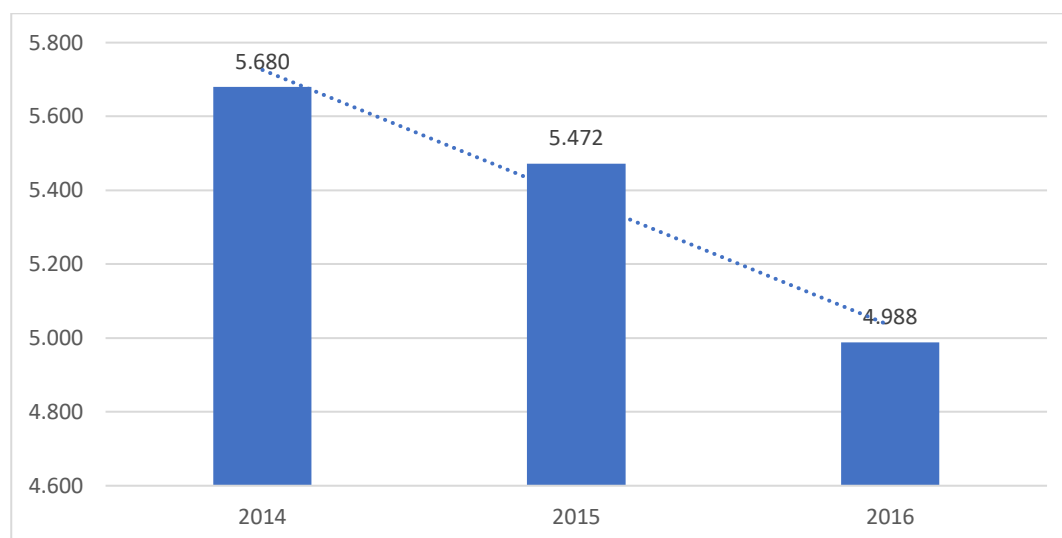
Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

Por conseguinte, denota-se a influência que uma educação sexual bem trabalhada nas escolas, dialogada nas famílias e patrocinadas pelo Estado podem contribuir para a redução ainda maior dos registros apontados, pois a falta de informação ou desconhecimento de métodos contraceptivos ainda podem ter representatividade, apesar da quantidade e facilidade de acesso à informação existente. Segundo o Ministério da Saúde (MS), programas como Estratégia Saúde na Família ¹¹ e Saúde na Escola ¹² vêm contribuindo satisfatoriamente para a conscientização quanto ao planejamento familiar. Em caráter complementar, no Gráfico 5, é possível acompanhar os dados relacionados ao quantitativo de nascimentos no Distrito Federal em que a idade materna se encontra entre 15 e 19 anos de idade.

¹¹ A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. Fonte: Ministério da Saúde/MS – Departamento de Atenção Básica.

¹² A articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é a base do Programa Saúde na Escola. O Programa Saúde na Escola é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Fonte: Ministério da Saúde/MS – Departamento de Atenção Básica.

Gráfico 5: Nascidos Vivos - Distrito Federal com idade materna entre 15 a 19 anos: Brasília/DF, 2014 – 2016.



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/DATASUS. (Elaboração própria).

Em estudo realizado por Rocha (2009) com cinco adolescentes grávidas que se evadiram da escola, chega-se à conclusão que a gravidez, além de ter levado à evasão escolar, não foi planejada e tampouco recebida de maneira positiva pelas jovens e pela família, pois nenhuma entrevistada mostrou-se apta e preparada para a função materna.

Outro fator preponderante trazido pelos dados relativos ao descumprimento do benefício pelos jovens é a “Situação de Rua”, que no ano de 2014, apresentou como subcategoria mais evidente “A escola sabe que o aluno tem proteção social”, demonstrando uma participação mais efetiva das unidades escolares a respeito da situação dos alunos nos anos mencionados. Porém, nos anos de 2015 e 2016, a subcategoria mais evidente foi “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”, descaracterizando a participação da escola evidenciada no ano anterior. Já no ano de 2017, houve uma distribuição, onde 2 (dois) registros apontaram que “A escola não sabe se houve encaminhamento” e 2 (dois) registros apontaram que “A escola sabe que houve encaminhamento”.

É importante refletir que muitos são os fatos que podem levar o jovem a encontrar-se em situação de rua. A adolescência, por ser uma fase da vida geralmente caracterizada pelas oscilações biopsicossociais pode levar o adolescente a questionar-se acerca das mais diversas formas de viver em sociedade e dentro da própria família. Por isso, não é cabível aqui a generalização do contexto de rua em que os registros apontados trazem na pesquisa. São questões muito peculiares, desde um conflito familiar até mesmo situações financeiras que

podem levar à desestruturação de uma família. É sabido que a intervenção social para com jovens em situação de rua requer cuidado e não controle. É comum que uma sociedade onde o capitalismo acelera a vida e desacelera as relações humanas queira que pessoas em situação de rua sejam retiradas dos grandes centros urbanos à força, que saiam dos semáforos, das portas das casas e que não “importunem” a vida cotidiana, sem nem ao menos defender que este processo ocorra através da garantia de direitos, do estudo e acompanhamento acerca do caso, do entendimento da especificidade de cada sujeito: que trabalhe a causa e não apazigue a consequência.

Para isso, utiliza-se de uma abordagem fundamental: a intervenção profissional dos assistentes sociais na questão social, resultado das relações divergentes entre capital e trabalho. Porém, não são todas as áreas que trabalham conjuntamente ao Serviço Social que têm a visão crítica de totalidade do contexto estudado. É natural que alguns profissionais de outras áreas não compreendam a verdadeira demanda de determinada situação emergente, como no caso, os adolescentes em situação de rua. Em um primeiro momento, a escola pode entender que “o problema não é da escola” e somente o ato de “encaminhar a situação aos órgãos competentes” seja uma forma de transferir a responsabilidade para outra área, outra instância, como se o problema não fosse de todos. Neste sentido, é conveniente citar as contribuições de Faleiros (2001), ao perceber que por trás das expressões da questão social existem tantos fatores a serem considerados que é inviável uma intervenção profissional representada por apenas uma profissão específica.

[...], contudo, o que define a especificidade do Serviço Social em relação à questão social é a sua apreensão como decorrência da contradição entre o capital e o trabalho. Hegemonicamente, os assistentes sociais entendem que, para a construção de uma sociedade sem desigualdades, é preciso transformar a ordem social capitalista e, para isso ocorrer, é necessária a união dos trabalhadores em torno dos seus interesses de classe. (FERREIRA, 2010, p.211)

Posto isso, pensar na perspectiva de totalidade requer, necessariamente, compreender que o contexto social é resultado de infinitos acontecimentos históricos que não podem ser desconsiderados ou esquecidos, pois mesmo na atualidade são frutos do processo factual como um todo. Por isso, a análise aqui exposta se amplia em dizer que não há indícios de uma nova abordagem sobre os acontecimentos contemporâneos e, por isso, não há uma “nova” questão social colocada, mas trata-se da mesma questão social que no passado foi se ampliando e sofrendo transmutações, metamorfoses.

Em seguida, tem-se o motivo “Envolvimento com drogas/atos infracionais”, que, nos anos de 2014, 2015 e 2016, apresentou como subcategoria mais evidente “A escola sabe que

houve encaminhamento”. Porém, no ano de 2017, houve uma distribuição, onde 4 (quatro) registros apontaram que “A escola não sabe se houve encaminhamento” e 3 (três) registros apontaram que “A escola sabe que houve encaminhamento”.

Trata-se de um tema relacionado à necessidade de atenção psicossocial em relação aos seus direitos, concomitantemente à necessidade de políticas de saúde pública que estejam relacionadas diretamente à realidade de adolescentes/jovens que se encontram nesta situação.

Em um primeiro momento, as crianças e adolescentes que se encontravam na realidade de situação de rua significavam aquelas que abandonaram as famílias, romperam com o vínculo familiar e de algum modo passaram a viver na rua. Com o avanço das transformações sociais, tal conceito foi se reestruturando e

[...] em 1986 a Unicef apresenta nova tipologia composta de três itens, em que o principal ponto é o contato familiar, dessa forma, temos: a) “candidatos para a rua”: crianças trabalhando na rua, mas vivendo com sua família; b) “criança na rua”: com suporte familiar “inadequado e/ou esporádico”; c) “criança de rua”: “funcionalmente sem suporte familiar”. Assim, temos, num primeiro momento, a simples constatação da presença de crianças em situação de rua e “fora do controle” das famílias ou adultos para, num segundo momento, começarmos a fazer uma tipologia baseada no contato familiar. (MARTINS, 2002, p. 252).

Considera-se, pois, que os índices relacionados à situação de rua encontram-se muito próximos àqueles ligados ao envolvimento com drogas e/ou atos infracionais, uma vez que crianças e jovens que se encontram nesta situação estão mais suscetíveis a conhecer, experimentar e usar algum tipo de droga. Por isso, deve-se refletir sobre a representação social que o uso de drogas possui na atualidade, em que cada vez mais a dependência se torna um estilo de vida, sendo o motivo chave de ruína da estrutura familiar, levando em “efeito cascata” a elevação dos índices de fracasso escolar, violência, pobreza e segregação social deste grupo de pessoas. Desta forma, o Assistente Social deve compreender que o contexto social em que usuários e dependentes químicos se encontram é muito mais emergente do que conceber o problema como algo isolado. No caso específico das crianças e adolescentes, o mesmo deve buscar de modo contumaz os mecanismos e reinserção social, familiar e educacional, além de encaminhar os indivíduos dependentes para centros de tratamento, apoio psicológico e social.

Esta última necessidade leva à problematização necessária acerca das políticas públicas relacionadas ao tema. Considerando o histórico reconhecimento do Serviço Social como meio de intervenção no que diz respeito às políticas sociais, caracterizar os usuários como detentores de direitos frente à sociedade capitalista é, necessariamente, enfrentar as expressões da questão social.

[...] Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivem em suas relações sociais cotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas. (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

Em sequência, “Trabalho do jovem” aparece como motivo subsequente, apresentando nos anos de 2014 e 2015 a subcategoria “Emprego formal (a partir dos 16 anos)” mais evidente e no ano de 2017 a subcategoria “Emprego informal” mais evidenciada. Destaca-se que no ano de 2016 não houve registros acerca de trabalho do jovem como motivo de baixa frequência escolar.

Ao se deparar com as informações apresentadas, cabe refletir além da atual inserção dos jovens no mercado de trabalho, quais são as políticas públicas referentes à temática e como estas se configuram. Segundo Carvalho (2004, p. 5), o jovem de hoje encontra-se em uma situação política e social cada vez mais representativa. É comum que a juventude esteja cada vez mais presente nas reivindicações frente a um sistema econômico que vise o lucro, não aceitando ser apenas o objetivo de tais políticas, mas parte do diálogo e da construção das mesmas.

Neste sentido, o jovem pode se deparar com duas situações no que diz respeito à oferta de emprego. A primeira deve-se ao fato da carência de oportunidades direcionadas especificamente aos jovens e adolescentes para que consigam o primeiro emprego de maneira mais facilitada. A falta de comprometimento, responsabilidade e baixa qualificação profissional podem fazer com que o ingresso no mercado de trabalho seja adiado. A outra deve-se ao fato de socialmente existir uma concorrência onde os mais aptos e mais experientes possuem mais chances de ingresso, deixando quem procura pelo primeiro emprego à mercê da seletividade.

Desta forma, os dados demonstraram que o quantitativo de jovens e adolescentes que não atingiram a frequência mínima condicionada pelo programa devido ao “trabalho” foi baixo, chegando a não ter representatividade no ano de 2016. Este fato aborda alguns aspectos relevantes a serem considerados. Por um lado, entende-se que o jovem que procura o ingresso no mercado de trabalho busca – além da renda que proporciona um sentimento de autonomia e necessidade particular e/ou familiar – a inclusão social, uma vez que na contemporaneidade o significado de trabalho tem tomado significativa importância em uma sociedade

reconhecidamente em crise quanto à oferta de emprego. Por outro lado, é fato que a educação não pode ser esquecida e a continuidade nos estudos deve prevalecer. A renda não pode ser desconsiderada quando se pensa na desigualdade social, comumente defendida por reformadores da educação, pois a pobreza não é herdada, a ascensão social não é garantida pelo elevado nível de conhecimento e não há constatação que a educação imperiosamente reduzirá a desigualdade (Castro, 2008 *apud* Rosa & Stein, 2013, p. 201).

O motivo “Trabalho infantil” apresentou apenas um registro no ano de 2015 e como subcategoria “A escola não sabe se o aluno tem proteção social”. Segundo dados¹³ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua¹⁴ divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, 1,8 milhão de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) encontravam-se em situação de trabalho e mais da metade deste quantitativo em trabalho infantil. A capital do país é a única unidade da federação que praticamente não reduziu o trabalho infantil entre 2004 e 2015, conforme levantamento do PNAD. Outro dado que merece destaque diz respeito ao recorte de gênero: 94% de crianças em situação de trabalho infantil doméstico são do sexo feminino¹⁵.

Desta forma, apesar do quantitativo de registros referentes ao trabalho infantil como motivo de baixa frequência escolar de alunos BVJ no DF ser ocasional no período histórico estudado, a entrada prematura no mercado de trabalho é ainda muito preocupante no Brasil, onde o trabalho infantil é proibido aos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade¹⁶.

Em atenção aos três últimos motivos da Tabela 2, “Participação em jogos estudantis”; “Exploração/abuso sexual” e “Violência doméstica” não representaram motivos relacionados à baixa frequência escolar de estudantes BJV.

Ressalta-se que a não representatividade numérica em determinada categoria também nos evidencia uma informação. O fato de não ter havido “Participação em jogos estudantis”; “Exploração/abuso sexual” e “Violência doméstica” não significa que tais fatos não

¹³ Disponível em: <<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/mapa-do-trabalho-infantil/>>. Acesso: 05/10/2018.

¹⁴ A PNAD destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação.

¹⁵ Segundo dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) com dados da PNAD de 2014. Disponível em: <<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/noticias/materias/o-perigo-trabalho-infantil-domestico-dentro-e-fora-de-casa/>>. Acesso: 05/10/2018.

¹⁶ Lei 10.097 de 2000 – Lei do Aprendiz.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso: 14/10/2018.

aconteceram. Trata-se da margem, do alcance, dos limites e das possibilidades que envolvem todas as pessoas responsáveis pela coleta de determinado dado. A informação, para que se chegue à tabela final, passa por diversas etapas desde a investigação, interpretação subjetiva de quem a recebe até se concretizar nos índices. A pesquisa de cunho social lida com pessoas, expressões de sua identidade e principalmente na subjetividade existente em um dado quantitativo. Por detrás de um número, houve alguém, um telefonema, um *e-mail*, uma conversa, uma visita, um olhar que interpretou a mensagem e reproduziu-a em forma de dado.

Por isso, o momento que finda a primeira parte dessa análise procura idealizar que em pesquisa social, o improvável não é o impossível e a ausência não significa falta. É prematuro desconsiderar os aspectos trazidos ao ponto de compreender que não houve, de fato, “Participação em jogos estudantis”; “Exploração/abuso sexual” e “Violência doméstica” entre estudantes de 16 e 17 anos de idade no período histórico escolhido apenas pelo fato de não apresentarem registros quantitativos nas tabelas originais. Por isso, ao compilar as informações trazidas pelas tabelas, além de advertir que não há fator determinando ou isolado que desencadeie a baixa frequência escolar, conclui-se que as situações que levam os estudantes a abandonarem a escola encontram-se tão enraizadas socialmente e historicamente, que solucionar as questões trazidas será um processo também histórico, lento e gradual.

Assim como as expressões da questão social foram lentamente se configurando e reafirmando ao decorrer do tempo, as camadas mais populares da sociedade foram condicionadas no acesso à educação básica, tendo que cumprir condicionalidades para que determinados benefícios como o PBF não sejam suspensos. Este fato fez – e faz – com que a escola esteja em constante processo de reestruturação, pois a desigualdade social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza refletem na maneira de viver e aprender do aluno pobre. Se o contexto social do estudante for desconsiderado pela escola, abrem-se as portas para que índices de fracasso, evasão e repetência escolar se reproduzam. Desta forma, por se tratar de um objeto de intervenção do Serviço Social, deve-se considerar a participação e pleno exercício profissional do Assistente Social neste meio. Neste sentido, Yannoulas, Girolami & Lenarduzzi (2017 p. 143-144) complementam que

[...] a partir do processo gradual de universalização da educação básica, os setores mais vulneráveis da sociedade entraram maciçamente na educação pública, portanto, novos conflitos e contradições ocorreram ou se agravaram no sistema educacional. A problemática social irrompe e se infiltra permanentemente nas instituições de ensino: a violência social e familiar, o trabalho infantil, a fragilidade dos vínculos familiares, a precariedade habitacional e laboral, a gravidez na adolescência, o consumo problemático de substâncias, a negligência, a apatia, e as dificuldades na convivência entram nas salas de aula pelas mãos de crianças, adolescentes e suas famílias,

situações para as quais as equipes multidisciplinares e especificamente as assistentes sociais são chamadas para intervir.

Por fim, ao iniciar este trabalho e ter como hipótese de baixa frequência dos alunos BVJ sua inserção no trabalho formal/informal devido à necessidade em auxiliar na composição da renda familiar, não houve a mínima ideia de que após analisar os dados, este estaria na verdade entre os últimos motivos que levaram à baixa frequência escolar, refutando assim a hipótese inicial e apresentando tantos elementos sociais interligados e não somente um fato particular como motivo de baixa frequência.

Motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício

Como citado anteriormente, é de suma importância também analisar os motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício. Desta forma, foi elaborada uma tabela principal referente aos motivos da baixa frequência dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (Tabela 3) e outra tabela principal referente aos motivos da baixa frequência dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (Tabela 4) separadamente, onde constam os motivos que não caracterizam o descumprimento das condicionalidades.

Tabela 3: Quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram¹⁷ o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade (BFA): Brasília/DF, 2014 – 2017.

Motivo	Ano: 2014	Ano: 2015	Ano: 2016	Ano: 2017
Situação coletiva	694 (8,55%)	6.029 (52,98%)	243 (4,78%)	11.603 (69,83%)
Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	3.961 (48,82%)	2.972 (26,12%)	2.305 (45,38%)	2.756 (16,58%)
Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar	2.748 (33,87%)	1.752 (15,39%)	1.790 (35,24%)	1.384 (8,33%)
Fatos que impedem o deslocamento/ acesso à escola	367 (4,52%)	339 (2,97%)	443 (8,72%)	467 (2,81%)
Doença na família/óbito na família/óbito do aluno	290 (3,57%)	228 (2%)	237 (4,66%)	375 (2,25%)
Suspensão escolar	24 (0,29%)	29 (0,25%)	14 (0,27%)	6 (0,03%)
Concluiu o Ensino Médio	16 (0,19%)	6 (0,05%)	8 (0,15%)	10 (0,06%)
Violência/Agressividade no ambiente escolar	3 (0,03%)	7 (0,06%)	17 (0,33%)	3 (0,01%)
Questões sociais, educacionais e/ou familiares	5 (0,06%)	8 (0,07%)	3 (0,05%)	5 (0,03%)
Gravidez	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA semipresencial	3 (0,03%)	0 (0%)	9 (0,17%)	1 (0,01%)
Questões culturais, étnicas ou religiosas	0 (0%)	2 (0,01%)	9 (0,17%)	0 (0%)

¹⁷ N° total de alunos com a frequência escolar no mês abaixo da mínima (85% BFA ou 75% BVJ), por motivo que não caracteriza descumprimento.

Participação em jogos estudantis ¹⁸	2 (0,02%)	5 (0,04%)	1 (0,01%)	1 (0,01%)
Preconceito/Discriminação no ambiente escolar	0 (0%)	1 (0,01%)	0 (0%)	3 (0,01%)
Total	8.113	11.378	5.079	16.614

Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

Em atenção aos dados referentes à Tabela 3, observa-se que os 5 (cinco) principais motivos mais representativos da baixa frequência dos alunos com faixa etária entre 6 e 15 anos de idade foram “Situação coletiva”; “Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno”; “Beneficiário sem vínculo/matricula escolar”; “Fatos que impedem o deslocamento/acesso à escola” e “Doença na família/óbito na família/óbito do aluno”.

Em consulta aos dados originais, no que se refere ao motivo “Situação coletiva”, este aparece mais evidenciado nos anos de 2015 e 2017, devido à subcategoria “Greve” apresentar significativa quantidade de registros. Já nos anos de 2014 e 2016, a subcategoria mais evidente relacionada à “Situação coletiva” foi “Outro”. Em análise aos dados originais, subtende-se que “Outro” refere-se a qualquer outra justificativa que não se enquadra nas demais subcategorias pré-estabelecidas nas tabelas originais (“Férias escolares”; “Greve”; “Calamidade pública”; “Escola sem professor”; “Reforma geral da escola”; “Escola fechada por situação de violência” e “Falta de merenda escolar”) e que pela gama de possibilidades torna-se inviável traçar suposições.

O fator relacionado à greve merece atenção especial no que diz respeito à busca e promoção da garantia dos direitos pelo trabalhador. Sabe-se que na contemporaneidade, o mercado de trabalho vem sofrendo com ações de enxugamento da mão de obra, precarização trabalhista e principalmente descaso governamental com as condições relacionadas à empregabilidade. No ano de 2015, a categoria dos professores reivindicava pagamento de reajuste salarial de 3,5% suspenso pelo governo do DF e no ano de 2017 os motivos se debruçavam sobre pagamentos atrasados.

Segundo a Lei 7.783/89¹⁹, “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por

¹⁸ Considerado como atividade escolar, por isso o motivo se enquadra naqueles que não caracterizam o descumprimento.

¹⁹ Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

Fonte: <http://www.planalto.gov.br/cIVIL_03/LEIS/L7783.htm>. Acesso: 05/10/2018.

meio dele defender”. Apesar de direcionada apenas ao setor privado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que a lei pudesse ser utilizada no setor público, com adaptações.

Em seguida, o motivo mais evidenciado foi “Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno” com a subcategoria “Doença/Problemas físicos” em maior evidência em todos os anos. Tendo como base a questão central deste trabalho em relação à baixa frequência, considera-se que nos referidos anos, o quantitativo de registros referentes à greve ultrapassou o motivo “Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno” por um fato isolado, pois caso não tivesse havido o movimento grevista nos anos de 2015 e 2017, o motivo mais evidenciado em todos os anos seria o que se refere à saúde do aluno.

Desta forma, observou-se que “Doença/Problemas físicos” como subcategoria central em todos os anos reflete aqui não só uma questão de adoecimento estudantil, mas trata-se de uma problemática acerca da qualidade de vida e acesso à saúde dos usuários que compromete diretamente nos índices de baixa frequência escolar.

Em relação ao exposto, vale sublinhar o fato de que a criança que adoece fisicamente encontra-se também comprometida intelectualmente. A relação entre o corpo e a mente é de proximidade. Em referência ao aluno em situação de pobreza o problema se agrava, uma vez que o conceito de saúde pública oferecido se encontra longe do ideal, unido ao fato das condições de vida das famílias de baixa renda serem geralmente precárias.

Por isso, entende-se que o primeiro passo para redução do quantitativo de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade que se encontram com a saúde fragilizada é compreender que se trata de uma visão biopsicossocial e não somente biomédica do adoecimento. A criança que se ausenta frequentemente da escola e não encontra atendimento adequado em saúde reflete a ineficiência do Estado, que não garante um atendimento de qualidade e tampouco investimentos financeiros de melhoria da saúde pública para a população. Neste sentido, Silva (1996, p. 95-96) ressalta que

[...] não é raro no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, que os modelos formulados para a atuação do Estado em políticas sociais, neste caso a política de saúde, se constituam em forte obstáculo à implementação das ações necessárias, pois, inúmeras vezes, desconsideram a realidade econômica, política e institucional vigente. Tendo como referência negativa a existência de descontinuidades administrativas, as dificuldades residem, via de regra, em processos decisórios obscuros e centralizados; em limitados recursos orçamentários para o financiamento das políticas; e, na ausência de articulação e coordenação das ações, mesmo quando amparadas por modernos instrumentos legais.

No que se refere ao motivo “Beneficiário sem vínculo/matricula escolar”, o mesmo apresentou como subcategoria mais evidente “Transferência em andamento/pendente” em

todos os anos analisados. Acerca do item mencionado, observa-se que a baixa frequência não está relacionada necessariamente à ausência do estudante na escola. Trata-se de um fator administrativo, onde no sistema de matrícula ainda não constam os dados registrados, que passam pelo processo de atualização cadastral de um ano para outro e por isso não configura um motivo de descumprimento de condicionalidades.

Em relação ao motivo “Fatos que impedem o deslocamento/acesso à escola”, houve uma distribuição entre duas principais subcategorias que foram mais evidenciadas: “Falta de transporte” e “Outro”. A falta de transporte foi a subcategoria mais evidenciada no ano de 2017. Já no ano de 2016, as duas subcategorias tiveram as mesmas quantidades de registros: 179 para “Falta de transporte” e 179 para “Outro”. Nos anos de 2014 e 2015, a subcategoria mais evidenciada foi “Outro”.

Desta forma, observa-se que, apesar da subcategoria “Outro” se apresentar quantitativamente em maior número em relação à “Falta de transporte”, trata-se de uma subcategoria muito abrangente, ao passo que “Falta de transporte” é mais específico acerca da justificativa dada em contato com as famílias.

Por isso, em análise aos dados originais, subtemde-se que “Outro” refere-se a qualquer outra justificativa que não se enquadra nas subcategorias pré-estabelecidas nas tabelas, a saber: “Enchente”; “Falta de transporte”; “Estradas intransitáveis”; “Inexistência de pessoa para levar à escola” e “Grande distância entre a residência e a escola”.

Evidencia-se então que a falta de transporte é um fator específico e determinante neste processo. Trata-se de uma problemática que responsabiliza em especial o Estado, pois o transporte escolar é obrigação do Poder Público, além de ser um elemento essencial na garantia de acesso e permanência do aluno na escola. Por isso, parcerias são firmadas, como acontece entre o Ministério Público e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que normatiza e oferece assistência de recursos em caráter suplementar através de programas como Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) ²⁰ e o programa Caminho da Escola²¹.

²⁰ O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Fonte: Guia do Transporte Escolar – FNDE/MEC. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso: 06/10/2018.

²¹ Seus objetivos são renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a

No que tange à legislação, o transporte escolar dos estudantes é direito previsto nos mais diversos instrumentos legais, como na CF/1988 e LDB/1996.

Na CF/1988, Art. 208 com modificação pela Emenda Constitucional (EC) 59/09 dispõe que o Estado deve garantir atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2009).

Em consulta à LDB/1996, a mesma também apresenta alguns deveres do Estado para com a educação escolar pública, por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde (Lei nº 12.796/13). (BRASIL, 1996).

Assim, infere-se que apesar da educação ter sua atuação principalmente na ação do Estado, é dever de todos zelar pela manutenção de sua qualidade. Paralelamente, a garantia do transporte aos estudantes também possui a iniciativa social como fator participativo neste processo, cabendo àqueles que não estão tendo seus direitos garantidos a iniciativa de procurarem a Secretaria de Educação do seu Município ou Estado (dependendo da escola) que deve, além de facilitar a comunicação com os órgãos públicos, registrar queixas e denúncias através dos canais de atendimento. Neste sentido, Ferreira (2013, p. 3) aborda esta questão, acrescentando que

[...] a simples atuação de um órgão ou instituição apenas, não garante o sucesso do regresso ou permanência do aluno na escola. A intervenção conjunta é a que melhor atende aos interesses de todos, posto que cada um, dentro da sua especificidade, reúne meios para tentar reverter o quadro de evasão ou infrequência do aluno. Ademais, a atuação da escola junto à família é diferente da intervenção do Judiciário ou do Conselho Tutelar frente à mesma família. Somada as formas de intervenção, a reversão do quadro evasivo se mostra mais eficaz.

Destarte, o combate à evasão escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito à educação, sendo um dever imposto a todos, que devem atuar de forma independente e harmônica, para garantir o sucesso da intervenção.

O quinto motivo revelado trouxe “Doença na família/óbito na família/óbito do aluno” com representatividade, detalhando o fato na evidência da subcategoria “Doença de pessoa da família” em todos os anos.

Salienta-se aqui mais uma vez a presença da questão social relacionada à saúde familiar e/ou do estudante. Na contemporaneidade, saúde pública de qualidade é um fator essencial para,

permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. Também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições. Fonte: Guia do Transporte Escolar – FNDE/MEC. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso: 06/10/2018.

além de promover uma melhor condição de vida, contribuir na garantia do acesso e permanência do estudante BFA na escola.

Neste sentido, cabe à escola perceber que a saúde não pode ser compreendida simplesmente como ausência de doença. Trata-se de um fator muito mais amplo e diverso, pois é resultado de uma sociedade que historicamente desejou e deseja um dia adentrar ao sistema público de saúde e não se deparar com a falta de leitos, longa espera na marcação de consultas, aparelhos quebrados, estoque insuficiente de remédios em relação à demanda, enfim, problemas que ferem acima de tudo a dignidade do usuário.

O Serviço Social neste contexto pode e deve atuar em favor das famílias, tendo sempre em vista que sua ação deve reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional do Assistente Social (ABEPSS, 1996). Desta forma, ao se afastar do conservadorismo existente no contexto das políticas públicas em Saúde, o mesmo deve levar em conta a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que define atribuições e competências para o agir profissional baseado na visão sócio histórica como um todo, considerando principalmente o Código de Ética Profissional (1993).

Após analisar os 5 (cinco) principais motivos da baixa frequência escolar entre os estudantes BFA, observa-se que a quantidade de fatores externos à escola que dificultam o acesso à educação é considerável. Neste sentido, vê-se que a demanda para o Serviço Social frente às questões sociais está historicamente se tornando cada dia mais complexa, exigindo um agir profissional cada vez mais presente e eficaz na essência do problema. O aluno que é infrequente às aulas não necessariamente o faz por vontade própria, mas pelos impedimentos extraescolares e principalmente de ineficiência social no cumprimento de direitos básicos por parte do Poder Público, previstos em lei, como transporte e saúde pública.

Em prosseguimento, o motivo manifestado em sequência é “Suspensão escolar, que possui a subcategoria “Com tarefas domiciliares” mais evidente em todos os anos. Em atenção ao exposto, infere-se que a suspensão escolar representa um acontecimento interno da escola, geralmente ocasionado devido a determinados desvios de conduta, como indisciplina, agressões físicas/verbais, ou seja, contextos de violação da boa convivência que coloca em prejuízo o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas. Em contrapartida, alunos com problemas referentes à indisciplina podem refletir também a realidade que os mesmos vivenciam em casa, na relação intrafamiliar entre os sujeitos que compõem este ambiente. Filhos de pais separados, ausentes, que vivenciam situações de violência, uso de drogas, discussões ou que são criados por outras pessoas tendem a apresentar dificuldades no aprendizado, baixa concentração,

indisposição e desinteresse em estudar, uma vez que a família direta ou indiretamente influencia no seu comportamento.

O motivo subsequente analisado foi “Concluiu o Ensino Médio”, possuindo como subcategoria “Não sabe se houve continuidade nos estudos” mais notória em todos os anos. Trata-se de um motivo específico para aqueles beneficiários que já concluíram o Ensino Médio. O recebimento do benefício não é interrompido, pois estes estudantes encontram-se dentro da faixa etária limite para permanência no PBF.

Porém, conhecer a continuidade ou não dos estudos por parte da escola implica no comprometimento com o aluno em seu contexto de totalidade. Por isso, a conclusão do Ensino Médio trata-se de uma passagem para outra etapa e não o desfecho da vida escolar de todo e qualquer estudante. Assim, faz-se necessários que as unidades educativas mediante os dados históricos apontados tomem ciência acerca do destino dos estudantes, que podem ter ingressado no Ensino Superior, Técnico Profissionalizante, dentre outros.

Em seguida, tem-se o motivo “Violência/agressividade no ambiente escolar”, com a subcategoria mais evidenciada em todos os anos “A escola está atuando no enfrentamento da situação”.

Ressalta-se que na escola é um lugar onde diversas atividades de socialização acontecem. Cada membro, seja ele estudante, professor ou colaborador, possui sua própria subjetividade, seus princípios e também seus valores. Trata-se da educação trazida de casa que é diferente em cada contexto de sociabilidade. Por isso, as relações sociais implicam, necessariamente em conflitos. Optar pelo diálogo e entendimento das situações conflituosas implica em saber ouvir o outro. Neste sentido, cabe à escola mediar os conflitos, não deixando que a segurança individual de cada um seja enfraquecida e se torne um risco. Nesta lógica, cabe citar Santos (2016, p.2) quando o mesmo afirma

[...] que a escola é o ambiente que contribui para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, mas, principalmente, na construção da cidadania a partir de espaços que proporcionem regras de convivência e sociabilidade, resgate da autoestima e construção de novas identidades que produzam novas formas das crianças e adolescentes se relacionarem e que, conseqüentemente, produza reflexos no fortalecimento dos vínculos tanto no espaço da escola, como na família e comunidade. Portanto, consiste num espaço onde predomina a amizade, o respeito, o coleguismo, o diálogo. Porém, atualmente, a mesma exerce uma função distorcida, devido aos números alarmantes de casos que envolvem a prática de violências, sejam elas entre os alunos, contra o patrimônio ou contra os professores.

O motivo subsequente evidenciado foi “Questões sociais, educacionais e/ou familiares”, que possui como única subcategoria contida nas tabelas originais “Aluno com necessidades especiais sem estimulação”. Em consulta ao Sistema Presença no que tange ao detalhamento

dos motivos da baixa frequência, em relação à subcategoria mencionada, esta se refere àqueles estudantes que possuem necessidades especiais e se encontram sem apoio para permanecerem na escola.

No que se refere ao assunto, as tabelas que foram analisadas anteriormente demonstraram diversos fatores que devem ser levados em consideração pela escola no que diz respeito ao seu papel na diminuição dos índices de baixa frequência, como o diálogo com as famílias, acompanhamento da frequência e principalmente uma visão de totalidade acerca do aluno. Porém, salienta-se que o aluno especial necessita de uma atenção específica neste sentido, levando em consideração a particularidade da sua deficiência e/ou limitação.

Neste sentido, cabe refletir sobre o tema da educação inclusiva. Na escola, é primordial que haja uma reestruturação metodológica tanto em sala de aula pela didática do professor, quanto pelo olhar de toda equipe gestora. Desta forma, a educação inclusiva prevê a socialização de alunos com necessidades especiais – preferencialmente – nas classes regulares, para que haja um compartilhamento de experiências de vida, trocas de aprendizado e o despertar pelo respeito às diferenças por todos os alunos. Paralelamente, o Instituto Alana²² (2016, p. 2) nos acrescenta que

Em todo o mundo, a educação inclusiva vem permitindo que estudantes com e sem deficiência percorram sua trajetória escolar lado a lado, na mesma sala de aula. A educação inclusiva é a prática indicada e reafirmada em diversas declarações internacionais, leis nacionais e políticas de educação. Essas políticas, somadas aos esforços dos defensores dos direitos das pessoas com deficiência, têm levado a um aumento substancial do número de alunos com deficiência que recebem educação escolar junto de seus colegas sem deficiência.

O motivo seguinte é “EJA Semipresencial”, que possui no ano de 2014 a subcategoria “Sem acompanhamento regular” mais evidenciada. Já nos anos de 2016 e 2017, a subcategoria que ficou mais evidente foi “Com acompanhamento regular”. Salienta-se que no ano de 2015 não houve registros de baixa frequência escolar relacionados ao referido motivo.

Em consulta ao Sistema Presença, observa-se que a EJA pode ser cursada tanto na modalidade presencial quanto semipresencial. Para isso, o aluno deve estar regularmente matriculado. Nos casos em que a frequência escolar não for obrigatória (EJA Semipresencial), pode ser atribuído 0% de frequência, sendo justificada pela modalidade escolar EJA

²² Trata-se de uma organização de impacto socioambiental que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança e fomenta novas formas de bem viver. É uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que nasceu com a missão de “honrar a criança” e conta hoje com programas próprios e com parceiros, que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância.

Semipresencial, não implicando desta forma na caracterização de não cumprimento das condicionalidades.

O motivo relacionado às “Questões culturais, étnicas ou religiosas” aparece em seguida, apresentando como subcategoria mais evidente “Opções religiosas” no ano de 2015 e “Indígenas” como subcategoria mais evidenciada no ano de 2016. Ressalta-se que nos anos de 2014 e 2017 não houve registros de baixa frequência escolar relacionada ao motivo mencionado.

Quando fatores como estes são evidenciados em uma análise de dados, faz-se necessário que haja um olhar sensível acerca do que pode estar por detrás do conteúdo de determinadas categorias e índices emergidos. Assim como cita Bardin (1977, p. 14) “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, existe um sentido que convém desvendar”. Assim, alcança-se a compreensão de que opções “religiosas” e “indígenas” representam exemplos de diversidade cultural que podem existir dentro do ambiente escolar. A escola não deve impedir ou suprimir que seus estudantes circenses, indígenas e ciganos deixem de participar das atividades relativas à sua cultura e por isso as subcategorias que compõem este motivo não caracterizam o descumprimento das condicionalidades. Trata-se de uma compreensão por parte da escola.

O penúltimo motivo trazido nos dados referentes à baixa frequência dos alunos BVJ é a “Participação em jogos estudantis”, que possui como categoria mais evidente “Considerada como atividade escolar” em todos os anos, pois trata-se de uma atividade extraclasse incentivada pela escola, onde o aluno pode se ausentar para praticar atividades desportivas, desde que apresente a justificativa de sua falta, não implicando negativamente na condicionalidade do programa.

Por fim, o último motivo apresentado trata-se dos registros de “Preconceito/Discriminação no ambiente escolar”, trazendo como subcategoria mais evidenciada em todos os anos “A escola está agindo”. Apesar do baixo quantitativo de registros apontados, este é um tema de grande relevância a ser discutido na contemporaneidade, uma vez que se trata de acontecimentos que provocam grande impacto negativo tanto físico quanto emocional na vida de crianças e jovens.

Ao se pensar em situações indesejáveis do ambiente escolar como ofensas, humilhações, menosprezo, exclusão e agressão física/verbal praticadas principalmente entre os alunos, remete-se ao que os estudos caracterizam como *bullying*. Refere-se a uma nomenclatura relativamente nova, onde muitas pessoas ainda desconhecem o seu real significado e em quais

contextos sua caracterização é conclusiva. Neste sentido, observa-se que o conceito de *bullying* não é fechado e definitivo, pois tende a acompanhar os acontecimentos históricos e característicos relacionados aos contextos em que os fatos ocorreram.

Diante disso, é seguro afirmar que a escola necessita agir sobre um conceito que por vezes ela própria desconhece. Logo, buscar a solução dos problemas que remetem ao sofrimento físico ou mental de seus alunos requer, acima de tudo, um trabalho multidisciplinar. Não se trata de um conceito meramente pedagógico, disciplinar ou educativo que pode ser resolvido de maneira pontual e fragmentada. É mais abrangente e abarca o bem-estar do aluno, sua segurança, o ambiente escolar como um todo e principalmente os reflexos gerados na vida social do estudante.

Por isso, acredita-se que quando se trata da temática do fenômeno *bullying*, o Serviço Social deve se fazer presente para que os estudos se desenvolvam referenciados na gestão participativa, analisando os fatos de modo dialético, contando com a participação de professores, equipe diretiva, família, etc.

O Assistente Social deve ultrapassar as demandas instituídas, impulsionando a consciência crítica entre o grupo, visando a uma ação capaz de ampliar os horizontes da escola, pois esta é um espaço privilegiado da construção da condição humana de todos os sujeitos que nela e dela vivem. Significa, pois, um espaço de possibilidade para o crescimento pessoal, para a transformação de vidas e para a formação de cidadãos conscientes como sujeitos de direito.

Sob essa ótica, o Serviço Social pode contribuir para uma educação com vistas ao empoderamento dos sujeitos, uma educação para além dos interesses econômicos. Para tal, o Assistente Social deve ser propositivo e criativo na construção de repostas que contribuem no processo de ensino-aprendizagem. (CHAVES, CARVALHO & CUNHA, 2013, p. 12).

Em resumo, os principais fatores evidenciados pela análise do quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 6 e 15 anos de idade, refletem que existe um processo de adoecimento social em evidência, revelando a insuficiência do Estado no cumprimento do seu dever em relação às políticas públicas de Saúde, representados nos índices de baixa frequência escolar. Além disso, a falta de transporte apareceu dentre as principais subcategorias mais evidenciadas, explicitando ser um dos maiores desafios da atualidade garantir que estudantes cheguem às escolas e não tenham a aprendizagem prejudicada. Sabe-se que nas áreas rurais, os problemas se agravam, onde o acesso de veículos de transporte é dificultado, acarretando em uma maior manutenção, desgaste e

consequentemente investimento público. Por isso, crianças que estudam na zona rural acabam sendo mais prejudicadas quanto ao acesso ao direito do transporte escolar.

Desta forma, ao se deparar com o elemento “falta de transporte” evidenciado neste momento do trabalho (Tabela 3), chegou-se a cogitar a possibilidade de a hipótese inicial de pesquisa ter sido confirmada após a análise dos dados. Porém, chegar a este desfecho tomando como base apenas o que os dados da Tabela 3 evidenciaram não significa confirmar a hipótese central para esta faixa etária. Unindo os resultados das Tabelas 1 e 3, percebe-se que existem muitos elementos que foram evidenciados como motivos de baixa frequência escolar entre os alunos BFA e a precariedade do transporte público foi apenas um dos fatores entre todos apontados.

Por isso, o momento que resume a análise dos motivos da baixa frequência de estudantes vinculados ao PBF entre 6 e 15 anos de idade no período histórico estudado independentemente de caracterizarem ou não o descumprimento das condicionalidades impostas pelo programa finda em afirmar que a hipótese inicial não foi confirmada pelos dados colhidos e analisados durante a pesquisa, pois não se trata de um fato único e sim de um contexto pluralizado de acontecimentos.

Tabela 4: Quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (BVJ): Brasília/DF, 2014 – 2017.

Motivo	Ano: 2014	Ano: 2015	Ano: 2016	Ano: 2017
Beneficiário sem vínculo/matricula escolar	1.620 (70,49%)	2.368 (55,86%)	1.690 (72,81%)	1.574 (39,02%)
Situação coletiva	450 (19,58%)	1.142 (26,94%)	70 (3,01%)	2.302 (57,07%)
Concluiu o Ensino Médio	124 (5,39%)	656 (15,47%)	482 (20,76%)	62 (1,53%)
Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	45 (1,95%)	58 (1,36%)	59 (2,54%)	49 (1,21%)
Fatos que impedem o deslocamento/acesso à escola	51 (2,21%)	0 (0%)	8 (0,34%)	30 (0,74%)
Doença na família/óbito na família/óbito do aluno	6 (0,26%)	15 (0,35%)	5 (0,21%)	3 (0,07%)
Violência/Agressividade no ambiente escolar	0 (0%)	0 (0%)	2 (0,08%)	6 (0,14%)
Questões sociais, educacionais e/ou familiares	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (0,17%)
Suspensão escolar	0 (0%)	0 (0%)	4 (0,17%)	0 (0%)
EJA semipresencial	2 (0,08%)	0 (0%)	1 (0,04%)	0 (0%)
Participação em jogos estudantis	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Preconceito/Discriminação no ambiente escolar	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Questões culturais, étnicas ou religiosas	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	2.298	4.239	2.321	4.033

Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação. (Elaboração própria).

A Tabela 4 apresenta os dados relativos ao quantitativo de registros dos motivos que não caracterizaram o descumprimento do benefício dos alunos entre 16 e 17 anos de idade (BVJ) a fim de evidenciar os elementos responsáveis pela baixa frequência no período estudado.

O motivo “Beneficiário sem vínculo/matricula escolar” apresentou como subcategoria principal “Transferência em andamento/pendente” no ano de 2014 e “Beneficiário concluiu o Ensino Médio” em 2015, 2016 e 2017. Este motivo encontra-se como o mais evidente em três

dos quatro anos analisados (2014, 2015 e 2016) e informa que há uma situação de pendência no que diz respeito à matrícula do estudante. Alcança-se a ideia que o mesmo pode estar frequente às aulas, porém no momento do fechamento dos registros realizado pelas escolas houve alguma inconsistência nos dados, ou, o processo de transferência entre unidades de ensino não foi finalizado e por isso a ausência foi registrada. Vale lembrar que de acordo com o Sistema Presença, permanecendo sem matrícula mesmo após 2 (dois) períodos de coleta, o(a) estudante será lançado(a) como Não Localizado(a), devendo – na visão da análise desta pesquisa – a escola juntamente com a família encontrarem juntas a solução para a questão.

O motivo “Situação coletiva” apresentou como subcategoria mais evidente “Outro” nos anos 2014 e 2016. Em análise aos dados originais, assim como na Tabela 3, subtende-se que “Outro” refere-se a qualquer outra justificativa que não se enquadra nas outras subcategorias pré-estabelecidas, que são “Férias escolares”; “Greve”; “Calamidade pública”; “Escola sem professor”; “Reforma geral da escola”; “Escola fechada por situação de violência” e “Falta de merenda escolar” e que pela gama de possibilidades torna-se inviável traçar suposições acerca dos seus amplos significados. Já a subcategoria “Greve” ficou mais evidenciada nos anos de 2015 e 2017, devido aos episódios de paralisação da categoria dos professores.

Em sequência, “Concluiu o Ensino Médio” apontou como subcategoria mais evidente “Não se sabe se houve continuidade nos estudos” em todos os anos.

Observa-se aqui, mais uma vez, que a escola não vem acompanhando satisfatoriamente o destino tomado pela maioria dos estudantes após concluírem os estudos. Não cabe aqui atribuir às unidades educativas tarefas que não são consideradas de sua responsabilidade. Mas então, como pensar até que ponto a escola pode atuar em referência aos dados que demonstram falta de informação sobre o destino que seus alunos tiveram?

É fato que após apresentar a fatura quantitativa de motivos que levam à baixa frequência escolar, pensar que a escola deve ser capaz de identificar e solucionar todos os entraves existentes para registro e coleta de informações acerca de todos os alunos é, no mínimo, inviável. É neste momento que esta análise retoma a importância do trabalho multiprofissional na educação para garantir o exercício pleno da cidadania por parte dos alunos e a garantia dos seus direitos diante de um sistema educacional basicamente refletindo o modo capitalista de organização social. Além disso, quanto maior for a equipe multidisciplinar envolvida no processo educativo, com mais qualidade o trabalho poderá ser desenvolvido, uma vez que as tarefas podem ser distribuídas, não sobrecarregando nenhum setor específico.

Sabe-se que a existência do assistente social na área da educação é ainda incipiente devido à composição do seu mercado de trabalho, embora este profissional tenha sua

prática permeada pela dimensão socioeducativa, que lhe é intrínseca. Por outro lado, o amadurecimento teórico e político da categoria tem revelado o campo educacional como uma grande preocupação do Serviço Social na atualidade. Assim, pode-se afirmar que os objetivos da educação correspondem aos princípios éticos do profissional, dado o papel estratégico deste campo na formulação de novos valores e no processo de luta pela consolidação e ampliação da cidadania. (LYRA *[et al]*, 2004, p. 2).

Adiante, o motivo “Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno”, apresentou como subcategoria “Doença/problemas físicos” em todos os anos, retratando mais uma vez que um dos principais elementos evidenciados como motivadores da baixa frequência na escola é a precarização da saúde pública, que não atinge especificamente uma faixa etária ou outra: mostrou-se evidente tanto nos motivos relacionados aos estudantes BFA quanto nos motivos relacionados aos estudantes BVJ.

Neste sentido, o CFESS compartilha da ideia que o Serviço Social deve procurar articular sua prática em parceria com outros segmentos que acreditam na possibilidade de efetivação dos direitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) levando em consideração o projeto ético-político e a reforma sanitária.

O assistente social pode dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, mas se não realizar uma análise das condições concretas vai reeditar programas e projetos alheios às necessidades dos usuários. É a capacitação permanente que possibilita ao profissional romper com a prática rotineira, acrítica e burocrática, e buscar, a partir da investigação da realidade a que estão submetidos os usuários dos serviços de saúde, a reorganização da sua atuação, tendo em vista as condições de vida dos mesmos e os referenciais teóricos e políticos hegemônicos na profissão, previstos na sua legislação, e no projeto de Reforma Sanitária. (CFESS, 2010, p. 69).

Em seguida, apresenta-se o motivo “Fatos que impedem o deslocamento/acesso à escola” onde “Outro” foi a subcategoria mais evidenciada no ano de 2014. Já nos anos de 2016 e 2017 a subcategoria em maior evidência foi “Falta de transporte”. Salienta-se que no ano de 2015 não houve registros referentes ao respectivo motivo.

Em relação aos estudantes BFA, o quantitativo de registros referentes à falta de transporte como motivo da baixa frequência dos estudantes BVJ é, relativamente, menor, mas esta percepção não garante uma melhor efetivação dos serviços para estes usuários, uma vez que apesar do transporte escolar ser um direito previsto em lei, o mesmo não é efetivado pelo Estado de maneira que supra a demanda e necessidade existente. Neste sentido, percebe-se que as dificuldades não se encontram concentradas em determinada região, mas distribuída, como nos acrescenta Moura (2015, p. 111)

O transporte escolar consiste em uma política educacional fundamental para o acesso de muitos estudantes de escolas públicas ao ambiente escolar, demandando a execução de um montante considerável de recursos para garantir o atendimento em quantidade e qualidade adequadas. Nesse sentido, a política do transporte escolar vem ganhando centralidade nas discussões educacionais e em estudos e pesquisas, de âmbito nacional, regional e local, no intuito de contribuir para o bom desenvolvimento desta política nas diferentes regiões brasileiras.

Em prosseguimento à análise, o motivo subsequente trata-se de “Doença na família/óbito na família/óbito do aluno” que de acordo com as tabelas originais, possui como subcategoria mais evidenciada “Doença de pessoa da família” nos anos de 2014 e 2017. No ano de 2015, “Óbito do aluno” foi a subcategoria mais evidente. Já ano de 2016, as duas subcategorias mais evidenciadas apresentaram o mesmo quantitativo de registros: 2 (dois) registros para “Doença de pessoa da família” e 2 (dois) registros para “Óbito do aluno”.

O motivo trazido em seguida trata da “Violência/Agressividade no ambiente escolar”, que de acordo com os dados originais, evidencia a subcategoria “A escola está atuando no enfrentamento da situação”, em maior quantidade, em todos os anos analisados.

Em observação à Tabela 4, este foi um motivo que trouxe certa inquietação no que diz respeito ao histórico crescimento do quantitativo de registros cadastrados. Enquanto nos anos de 2014 e 2015 não foram evidenciados nenhum caso que configure a baixa frequência escolar devido à violência, em 2016 e 2017 os números surgiram, sendo 2 (dois) e 6 (seis) registros respectivamente. Desta forma, a escola deve mediar as relações conflituosas, para que não haja situações de rixas, atritos e hostilidade entre os alunos.

O motivo subsequente evidenciado foi “Questões sociais, educacionais e/ou familiares”, que possui como única subcategoria contida nas tabelas originais “Aluno com necessidades especiais sem estimulação”.

Como já mencionado anteriormente, este é um motivo que chama o leitor/pesquisador à reflexão quanto à importante missão que a educação inclusiva tem na vida dos alunos que necessitam ser atendidos de maneira específica, através de uma formação continuada de toda a equipe pedagógica e multidisciplinar das unidades educativas. Desta forma,

[...] a educação inclusiva fundamenta-se nos princípios da equidade, do direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se e no direito a ser diferente. Desta forma, a modalidade de Educação Especial deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e em condições distintas para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, problematizando a homogeneidade das práticas escolares que operam a partir da concepção do estudante ideal, que aprende de uma mesma forma, em um mesmo tempo e com a mesma lógica. (TENTES & ROCHA, 2014, p. 128)

Em prosseguimento, “Suspensão escolar” possui a subcategoria “Com tarefas domiciliares” mais evidenciada em todos os anos. Especificamente em relação aos alunos BVJ (Tabela 4), este foi um motivo que apresentou quantitativo de registros apenas no ano de 2014, com apenas 4 (quatro) apontamentos durante todo o ano.

Finalizando os motivos que evidenciaram quantitativos de registros, “EJA Semipresencial” apresentou apenas 1 (um) registro no ano de 2016, tendo como subcategoria “Com acompanhamento regular”. Como mencionado anteriormente, trata-se dos estudantes que cursam a EJA e precisam estar regularmente matriculados para que não tenham problemas acerca das condicionalidades impostas pelo programa.

Por fim, os últimos 3 (três) motivos referentes à baixa frequência escolar de estudantes BVJ não apresentaram quantitativos no período da análise. São eles: “Participação em jogos estudantis”; “Preconceito/Discriminação no ambiente escolar” e “Questões culturais, étnicas e religiosas”.

Assim como foi exemplificado anteriormente (Tabela 2), em uma análise de dados, deve-se ter o cuidado em não desconsiderar os aspectos trazidos com o numeral 0 (zero), pois a ausência de registro também indica uma informação. Por isso, quando a Tabela 4 apresenta os motivos “Participação em jogos estudantis”; “Preconceito/Discriminação no ambiente escolar” e “Questões culturais, étnicas e religiosas” sem representatividade numérica, não significa – com certeza – que não houveram fatos que caracterizassem os motivos exemplificados, pois a informação pode ter sido omitida no momento dos registros.

Desta forma, o momento que finda esta análise de conteúdo, em especial com os elementos extraídos e fundamentados da Tabela 4, sublinha que os principais motivos que levaram os estudantes BJV a não alcançarem a frequência mínima nas aulas se deram por fatos principalmente relacionados à greve da categoria de professores, juntamente com o fato da escola não acompanhar a continuidade ou não dos estudos dos alunos que concluem o Ensino Médio e uma representação significativa de motivos relacionados ao adoecimento do estudante e/ou das famílias.

Por isso, salienta-se aqui que resgatando a hipótese inicial desta pesquisa em relação ao motivo que levaria os estudantes de 16 e 17 anos de idade (BVJ) à baixa frequência escolar, não houve confirmação por parte dos dados analisados em apontar que a necessidade financeira levaria o jovem estudante a priorizar o trabalho formal/informal e deixar que os estudos ficassem em segundo plano. Desta forma, conclui-se que a hipótese mais uma vez não foi

legitimada, pois vários foram os fatores evidenciados, retirando do transporte escolar a única responsabilidade pelas evidências trazidas.

Em atenção aos elementos trazidos pela análise, adverte-se para o quantitativo de elementos sociais que retrataram a histórica vulnerabilidade social vivida pelas famílias beneficiadas pelo PBF na contemporaneidade. Não há um, mas sim vários fatores que precisam ser trabalhados para que haja, de fato, uma significativa mudança nos índices relacionados à baixa frequência dos estudantes beneficiados pelo PBF.

No decorrer desta análise, apresentou-se as diversas formas que a presença do Serviço Social na Educação pode contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias em situação de pobreza, acessando muitas vezes direitos sociais básicos como saúde e transporte que não estão sendo efetivamente garantidos. Ora, o assistente social a partir de uma análise da realidade familiar pode intervir de forma a melhorar as condições de vida, saúde e acesso aos direitos garantidos por lei e com isso, além de refletir na redução dos índices relacionados à baixa frequência escolar, amplia o reconhecimento profissional por parte da sociedade como um todo.

Com efeito, há uma dependência intersetorial para que de fato a mudança aconteça. Se a comunicação entre a escola e a família, mediada pela equipe multiprofissional juntamente com o Serviço Social for marcada por falhas e lacunas, há pouca – *a priori* – possibilidade de avanço nas políticas públicas no que diz respeito aos direitos sociais básicos apontados como emergentes nesta análise. Por outro lado, o Poder Público deve, de fato, garantir o que prevê a lei, não deixando lapsos na gestão das políticas e com isso comprometendo a qualidade de vida da população. Assim, conclui-se que a complexidade existente na relação entre o que é garantido em lei e o que é de fato realizado pelo Estado é, no mínimo, intangível por um único setor ou área do conhecimento pois pleiteia a dialética social entre o que é oferecido e o que é realizado de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo inicial deste trabalho em investigar quais eram os motivos que levaram à baixa frequência escolar dos estudantes vinculados ao PBF se debruçar em hipóteses específicas e isoladas, não há como negar que o fato das mesmas terem sido parcialmente refutadas pela análise dos dados foi de imensurável riqueza. Observou-se que a condicionalidade imposta pelo PBF de fato não garante a permanência do estudante na escola uma vez que os elementos extraescolares que se fazem presentes quando o assunto é a baixa frequência e evasão escolar são muito evidentes. De um lado, temos famílias que em sua grande maioria encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, dependendo diretamente da efetiva garantia de direitos sociais básicos como saúde, transporte, emprego, lazer, alimentação, segurança e que não conseguem minimamente acessá-los com a mesma facilidade exposta na lei. Do outro lado temos políticas públicas e leis que, na teoria, garantem a plena emancipação social, mas que na prática não apresentam efetividade.

Com isso, salienta-se que os índices relacionados à baixa frequência escolar estão diretamente ligados à dependência que as famílias têm de serviços básicos que garantiriam uma melhor qualidade de vida e conseqüentemente refletiriam na permanência do aluno na escola. Mas não é isso que acontece. Índices de desistência e desinteresse pelo estudar foram surpreendentemente elevados ao ponto de ser emergencial que a redução de direitos seja questionada e freada. Observou-se que a baixa frequência do aluno, de modo geral, é consequência e não causa. Consequência esta de uma série de fatores extraescolares que necessita do diálogo contínuo e gradual entre a família e a escola. É neste cenário que a família deve compreender a importância que ela tem no que diz respeito à superação do (mal) bem-estar social para a superação da pobreza e suas expressões.

Desta forma, esta pesquisa finda concordando com Netto (2001), Yasbek (2001), Iamamoto (2001) dentre outros estudiosos que não há – ainda – elementos suficientes para que tenhamos caracterizada uma “nova questão social”, pois as expressões da questão social sofreram metamorfoses, não sendo superadas. A escola hoje lida com um quantitativo muito amplo de situações que vão além do seu alcance, necessitando ser apoiada por todos os sujeitos direta e indiretamente ligados à formação social do aluno para que este não desista ou abandone os estudos. Tais situações estão cada vez mais retrógradas no que diz respeito à libertação da pobreza e percebe-se distante de uma efetiva solução no que se refere à sua superação.

Por isso, faz-se necessário que um cenário multiprofissional de gestão educacional seja debatido no sentido de trazer à tona a importância que o Serviço Social pode ter dentro das unidades educativas no auxílio das questões sociais trazidas pelos dados e ilustradas nesta pesquisa, dialogando com as famílias e demonstrando os meios de superação das condições de vulnerabilidade social, cobrindo muitas vezes um papel que teoricamente o Estado não exerce na prática.

O Serviço Social entra em cena não para “salvar” o pobre da pobreza, mas para honrar com o seu compromisso ético de problematizar a questão social emergente, a fim de responder às suas históricas metamorfoses excludentes, que se expressam das mais diferentes formas na vida em sociedade, e que nas camadas mais populares geram desestruturação familiar, abandono dos estudos, violência, situação de rua, envolvimento com drogas, fragilização da saúde e, conseqüentemente, fracasso escolar.

Por fim, a palavra que mais se encaixa no que diz respeito às possíveis alternativas de solução em relação ao que os dados da pesquisa apontaram é “desafio”. Quanto mais os elementos forem se reproduzindo historicamente, mais demandará tempo, dedicação e compromisso de todos os sujeitos sociais para que a estrutura organizacional de gerenciamento das políticas públicas esteja mais voltada – efetivamente – para a questão social. Por isso, este trabalho não pretendeu findar as possíveis futuras análises que podem ser feitas acerca do tema, mas sim apontar que a educação, por se tratar de um direito, não pode depender do cumprimento de condicionalidades, uma vez que o Estado não cumpre seu papel de garantir com facilidade o que está na lei, desencadeando fatores biopsicossociais que afetam diretamente na vida dos estudantes e suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita T. A. – **Serviço social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Editora Saga Luzzatto, 1997.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEDITO, Alessandra & MENEZES, Daniel F. N. **Políticas públicas de inclusão social: O papel das empresas**. Revista Ética e Filosofia Política – Nº 16 – Vol. 1 – jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf>. Acesso: 24/09/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Editora Saraiva. 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso: 09/10/2018.

BRASIL. **LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm>. Acesso: 14/10/2018.

BRASIL. **Programa Bolsa Família: Orientações para o Ministério Público**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS. 2005. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/bolsa_familia.pdf>. Acesso: 27/09/2018.

CARVALHO, Joari A. S. de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas**. Artigo. Formação Política da Escola de Governo de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>>. Acesso: 02/10/2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CELLARD, André. **A análise documental**. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

CHAVES, Karina C; CARVALHO, Valéria C. M. S de; CUNHA, Sther M. **Bullying escolar, questão social e serviço social: alguns apontamentos para o debate**. In III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – CRESS. Belo Horizonte/MG, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/BULLYING%20ESCOLAR,%20QUEST%20SOCIAL%20E%20SERVI%20SOCIAL%20alguns%20apontamentos%20para%20o%20debate.pdf>. Acesso: 07/10/2018.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e n. 293/1994.

Conselho Federal de Serviço Social. **Grupo de Estudo sobre Serviço Social na Educação** (Coord.). Serviço Social na Educação. Brasília, Set. 2001.

Conselho Federal de Serviço Social. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

COSTA, Ana C. P; RIEDNER, Daiani D. T. **Motivos de baixa frequência dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Rio Grande do Sul**. In **Reflexões sobre a pobreza [Recurso eletrônico on-line]: concepções, enfrentamentos e contradições** – 1. ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 295 p.: il. – (Educação, Pobreza e Desigualdade Social; V.1).

CRESWELL, John. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ESPÍNOLA, Flauberthy A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio** Guarabira: UEPB, 2010. 43f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso –TCC) – Curso de Licenciatura plena em Letras. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1436/1/PDF%20-%20Flauberthy%20Almeida%20Lima%20Esp%C3%ADnola.pdf>>. Acesso: 23/09/2018.

FALEIROS, Vicente P. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Míni Aurélio – O dicionário da língua portuguesa**. Ed. Positivo, 8ª ed. 2010.

FERREIRA, José W. **Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 209 - 217, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7388/5783>>. Acesso: 02/10/2018.

FERREIRA, Luiz A. M. **Evasão Escolar**. Promotor de Justiça de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.seed.go.gov.br/>>. Acesso: 06/10/2018.

FIGUEIREDO, Bárbara. **Maternidade na adolescência: Consequências e trajetórias desenvolvimentais**. Análise Psicológica, Nº 4 (XVIII): 485-498, 2000. Departamento de Psicologia, Universidade do Minho. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/download/394/pdf>>. Acesso: 30/09/2018.

FILHO, Raimundo B. S. & ARAÚJO, Ronaldo M. de L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Revista Eletrônica Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação. Escola de Humanidades. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>>. Acesso: 03/06/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed, 2009.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão.** In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa** - coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso: 01/05/2018.

GONÇALVES, Aline C. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES ENTRE O DIREITO E O DEVER.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social na Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC. Universidade Católica de Pelotas/RS, 2015. Disponível em: http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_185.pdf. Acesso: 03/06/2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Col. Perspectivas do Homem, Vol. 48. Série Filosofia. 4ª ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro/RJ, 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. **A Questão Social no capitalismo.** In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 3ª. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 496 p. (Cap. III – pag.335 a 414).

INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da Educação Inclusiva para estudantes com e sem deficiência.** Abt Associates. 2016. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf>. Acesso: 07/10/2018

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LYRA, Gabriela F. D. [et al]. **Serviço Social e Educação: a experiência da Equipe de Serviço Social no Programa Saúde na Escola.** 2004. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_e_educacao%20a_experiencia_da_equipe_d_e_servico_social_no_programa_saude_na_escola.pdf>. Acesso: 09/10/2018.

MACÊDO, Lenilda C. de. **ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA POSSÍVEL ANÁLISE.** In *Revista Espaço do Currículo. Universidade Federal da Paraíba – UFPB*, v.4, n.1, pp.78-91, Março a Setembro de 2011. ISSN 1983-1579. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/10545>>. Acesso: 28/04/2018.

MACENO, E. N. & NEVES, L. S. **Programa Bolsa Família: a condicionante frequência escolar.** in *Revista Iberoamericana De Educación*, 63(1), 1-9. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/793>>. Acesso: 28/04/2018.

MARTINS, Raul A. **Uma Tipologia de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Baseada na Análise de Aglomerados (Cluster Analysis).** Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2002, 15(2), pp. 251-260. Disponível em: <<http://www.scielo.br/prc/pdf/prc/v15n2/14349.pdf>>. Acesso: 30/09/2018.

MATTEI, Lauro. **A pobreza e sua interfaces multidisciplinares.** In *Reflexões sobre a pobreza [Recurso eletrônico on-line] : concepções, enfrentamentos e contradições* – 1. ed. – Florianópolis : NUP/CED/UFSC, 2017. 295 p.: il. – (Educação, Pobreza e Desigualdade Social; V.1)

MÉSZÁROS, Istivan. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Ana Paula M. de. **A política do transporte escolar na rede pública municipal de educação de Teresina.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015. Disponível em: <http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/Disserta%20Completa%20-%20Ana%20Paula%20Monteiro%20de%20Moura.pdf> . Acesso: 09/10/2018

NETTO, José P. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”.** In: *Temporalis/ABEPSS*. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflines, 2001.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

PARO, Victor H. **Administração escolar: Introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 1996.

PATTO, Maria H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.

PEREIRA, Viviane S. **Expressões da Questão Social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão.** *Libertas*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 179-205, jul-dez/ 2009. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1859/1308>>. Acesso: 24/09/2018.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Os processos de ensino e aprendizagem: análise didática das principais teorias de aprendizagem.** In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ-GÓMEZ, A. I. (Orgs.). **Compreender e transformar o ensino.** 4ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 27-51.

PIANA, Maria C. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam.** In: Serviço Social & Realidade, Franca, v,18, n°2, p.173M196, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNaS, 2004.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR.** - 2010. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>>. Acesso: 24/09/2018.

ROCHA, Cinthya A. da. **Gravidez na adolescência e evasão escolar.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro - Rio Claro/SP: [s.n.], 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120798/rocha_ca_tcc_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 30/09/2018.

SANTIAGO, M. G. O. **Condicionabilidade escolar do Programa Bolsa Família no processo de escolarização de crianças: Análise dos relatórios de frequência escolar e de acompanhamento familiar do Sistema Único de Assistência Social.** 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24066>>. Acesso: 27/09/2018.

SANTOS, Elaine J. S dos. **A evasão escolar no ensino fundamental nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro: Aspectos econômicos e sociais.** Curso de Especialização *latu sensu* em Docência do Ensino Fundamental e Médio. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/17/ELAINE%20JANAINA%20SOUZA%20DOS%20SANTOS.pdf>>. Acesso: 30/04/2018

SANTOS, Helen dos. **A violência presente nas relações entre alunos e professores no contexto escolar: Um estudo bibliográfico.** Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos. Universidade do Sul de Santa Catarina. Araranguá, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Helen.pdf>>. Acesso: 07/10/2018.

SANTOS, Maria. E. dos. [et al]. **A inserção do Serviço Social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/Cress: elementos históricos e desafios para a categoria profissional.** SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SÁ-SILVA, Jackson R. [et al]. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - Ano I - Número I – Julho, 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>>. Acesso: 01/05/2018.

SAVIANI, Dermeval. **Política Educacional Brasileira: Limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>>. Acesso: 24/09/2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação.** 32ª. Ed. Ed. Autores Associados - Campinas/SP, 1944.

SCHNEIDER, Gabriela. [et al]. **Baixa frequência nas escolas: Uma análise dos estudantes vinculados ao Programa Bolsa Família.** In **O trabalho das equipes multiprofissionais na educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis** - 1. ed. – Curitiba/PR: CRV, 2017. 242 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1D_Rh4nFwL46FyjZcL-SiuwWkuhvFOIBC/view>. Acesso: 01/05/2018.

SILVA, Heliana M. da. **A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: Dilemas e Desafios para a Institucionalização do SUS.** (Dissertação de Mestrado). Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Curso de Mestrado em Administração Pública. Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Lucília C. da. **Reflexões sobre a relação: Educação e pobreza.** Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 03- Nº 1/Jan-Jun, 2016. 106p. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608151806.pdf>. Acesso: 29/04/2018.

SOUZA, Jamerson M. A. de. **A Categoria de Totalidade e o Serviço Social: Subsídios teóricos para uma aproximação ao processo de implementação das Diretrizes Curriculares.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9552/1/arquivo3784_1.pdf>. Acesso: 29/04/2018.

STEIN, Rosa H. & TELES, Alan. **Programas de Transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ao direito ou moralização do acesso?** In **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada** / Silvia Cristina Yannoulas (coord.) — Brasília: Liber Livro, 2013.

TENTES, Vanessa T. A. & ROCHA, Andreia de L. C. **Políticas Públicas Educacionais reconhecedoras da diferença: Desafios da Educação Especial Inclusiva no Distrito Federal.** In **A educação em novas arenas: políticas, pesquisas e perspectivas** / Célio da Cunha; Wellington Ferreira de Jesus; Ranilce Guimarães – Iosif (Orgs.) - Brasília: Liber Livro, 2014. 460p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232078por.pdf>>. Acesso: 08/10/2018.

YANNOULAS, Silvia C. [et al]. **Equipes multiprofissionais na educação básica brasileira: Entraves e divergências nos processos legislativos.** In **O trabalho das equipes multiprofissionais na educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis** - 1. ed. – Curitiba/PR: CRV, 2017. 242 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1D_Rh4nFwL46FyjZcL-SiuwWkuhvFOIBC/view>. Acesso: 01/05/2018.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord). **O trabalho das equipes multiprofissionais na educação – 10 anos do grupo de pesquisa TEDis**. Coord.: Silvia Cristina Yannoulas. – 1ª. ed. Curitiba [PR]: CRV, 2017. 242 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1D_Rh4nFwL46FyjZcL-SiuwWkuhvFOIBC/view>. Acesso: 08/10/2018.

YANNOULAS, Silvia C.; GIROLAMI, Mónica & LENARDUZZI, Zulma Viviana. **Equipes multiprofissionais em contexto educacional – Legislação e regulação de Políticas Educacionais na Argentina e no Brasil (1930-2015)**. *In* **O trabalho das equipes multiprofissionais na educação – 10 anos do grupo de pesquisa TEDis**. Coord.: Silvia Cristina Yannoulas. (Capítulo 4) – 1ª. ed. Curitiba [PR]: CRV, 2017. 242 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1D_Rh4nFwL46FyjZcL-SiuwWkuhvFOIBC/view>. Acesso: 08/10/2018.

YANNOULAS, Silvia C. **Política educacional e pobreza: Múltiplas Abordagens para uma Relação Multideterminada**. Silvia Cristina Yannoulas (coord.) — Brasília: Liber Livro, 2013. 280 p.

YAZBEK, Maria C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. *In*: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

ZIMMERMANN, Clóvis R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos. Nº. 4. Ano 3. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/08.pdf>. Acesso: 24/09/2018.